



ELQ

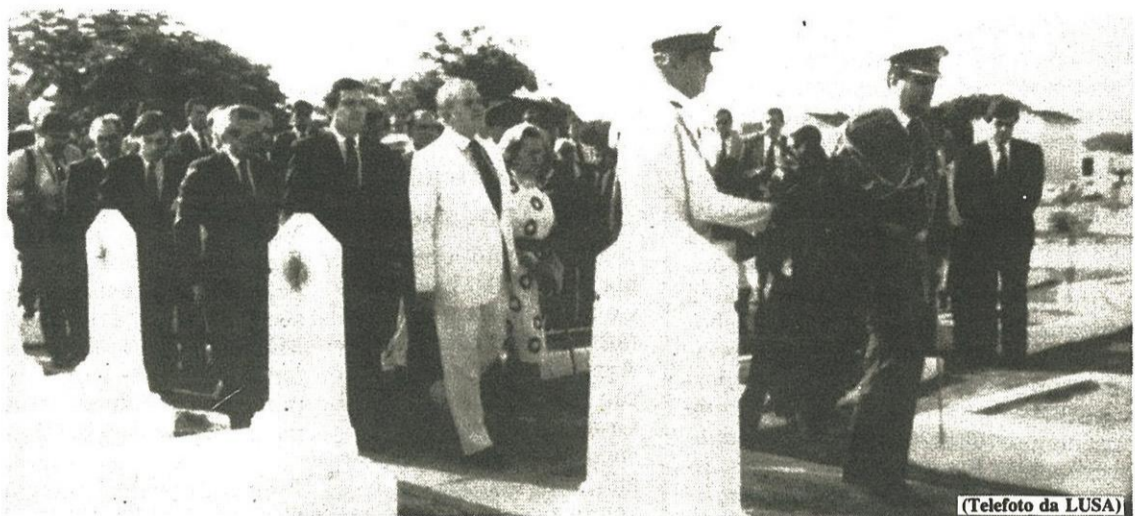
PORTE PAGO

**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI - Nº 182

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Novembro — 1989 — 60\$00



(Telefoto da LUSA)

**Em Bissau, Chefe de Estado
homenageia militares mortos
em combate na Guiné**

**Gesto do Presidente da República
enterra, definitivamente, «tabu»
da guerra**



**FESTEJA 15.º ANIVERSÁRIO
CONVIDANDO REVISTAS MILITARES
E JANTANDO COM ASSOCIADOS**



**CONGRESSO NACIONAL DE REABILITAÇÃO
—ADFA presente!—**

— Se a Associação dos Deficientes das Forças Armadas veio participar neste Congresso, foi para «abalar» as consciências de todos nós, técnicos, pessoas deficientes e governantes...
(da «Comunicação do Presidente da D. C.»)

NOVA SEDE

- ADFA recebida pelo eng.º Krus Abecassis, Presidente da C. M. de Lisboa
- Campanha de fundos na barreira dos primeiros mil contos
- Prosseguem contactos com Governo e outras entidades



E TAMBÉM

- ADFA acompanha aplicação do Estatuto da Condição Militar (carreira e vencimentos)
- FMAC — Associação em Malta — «Paz e Segurança no Mediterrâneo» e «Acto Único Europeu»
 - Reunião dos Órgãos Sociais Centrais
- Aniversário Delegação Porto • Festas de Natal • Assembleia-Geral Delegação Évora



— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 382/89, de 6 de Novembro, publicado no «Diário da República», n.º 255, 1.ª Série, de 6 de Novembro de 1989.

— Estabelece um novo regime para as Contas Poupança-Habituação.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Portaria n.º 872-A/89, de 9 de Outubro, publicada no Suplemento do «Diário da República», 1.ª Série, n.º 232, de 9 de Outubro de 1989.

Aprova o Regulamento do registo de planos poupança-reformados.

— MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Portaria n.º 994/89, de 16 de Novembro, publicada no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 264, de 16 de Novembro de 1989.

— Estabelece normas de execução necessárias à aplicação do regime Jurídico de protecção no desemprego fixado no Decreto-Lei n.º 79-A/89, de 13 de Março.

— MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

• Decreto-Lei n.º 349/89, de 13 de Outubro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 236, de 13 de Outubro de 1989.

— Altera o Código do Registo Comercial.

— MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

• Portaria n.º 883/89, de 13 de Outubro, publicada no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 236, de 13 de Outubro de 1989.

— Aprova o Regulamento do Registo Comercial, a Tabela de Emolumentos do Registo Comercial e os respectivos impressos.

— MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Despacho Normativo n.º 94/89, de 13 de Outubro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 236, de 13 de Outubro de 1989.

— Define as regras e procedimentos a adoptar pelas entidades que pretendam beneficiar de apoios à formação profissional e empregos no âmbito do Fundo Social Europeu.

Revoga os Despachos Normativos n.ºs 40/88 e 41/88, de 1 de Junho.



Delegações

Com o fim de tratar de assuntos de interesse associativo nacional e local, a Direcção Central manteve contactos directos com as Direcções das Delegações de Coimbra, Évora, Porto e Viseu.

Para além de questões administrativas correntes,

Projecto Jovem

Tendo a «Associação Projecto Jovem», Núcleo de Vila Franca de Xira, organizado, em fins de Outubro, em Alhandra, um «encontro nacional», a ele esteve presente uma delegação da ADFa, composta pelo presidente da DC, José Arruda, pelo responsável pelo Departamento de Formação Profissional, dr. Sarmiento Coelho e pela socióloga e assessora para a área social, dr.ª Paula Frazão.

Com a participação de 300 delegados, representando 115 instituições di-

versas, o encontro debateu, nos seus dois dias, fundamentalmente, a questão da integração dos deficientes, quer na área escolar quer na área laboral, tendo sido o seu principal objectivo, «proporcionar um espaço e um mundo propícios à análise, debate e caracterização da intenção, qualidade e eficácia com que os recursos humanos e materiais colocados ao dispor do processo de educação e integração estão a chegar aos seus destinatários», segundo José Neves, presidente da APJ.

versas, o encontro debateu, nos seus dois dias, fundamentalmente, a questão da integração dos deficientes, quer na área escolar quer na área laboral, tendo sido o seu principal objectivo, «proporcionar um espaço e um mundo propícios à análise, debate e caracterização da intenção, qualidade e eficácia com que os recursos humanos e materiais colocados ao dispor do processo de educação e integração estão a chegar aos seus destinatários», segundo José Neves, presidente da APJ.

sidente da MAGN, dr. Reis Santos, os presidentes da Direcção Central, José Arruda e das Delegações do Porto e de Faro, José Rodrigues Teixeira e José Nicolau Rufino, dos membros do Conselho Nacional, Manuel Lopes Dias (também responsável pelo GOS) e José Carlos Pavoeiro (também responsável pelo sector desportivo da Sede), de Lisboa e Abel dos Santos Fortuna, do Porto, para além do director do Centro de Reabilitação do Porto, Jerónimo de Sousa, do responsável pelo Departamento de Formação Profissional, da Sede, Sarmiento Coelho e das sociólogas e assessoras, dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão.

elementos dos órgãos sociais da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, à mesma esteve presente, em representação da ADFa, o Presidente da sua Direcção Central.

Em «Noticiário vário» se dá maior desenvolvimento a esta notícia.



Congresso Nacional de Reabilitação

Embora noticiado com o devido destaque nas páginas centrais, a realização do (I) Congresso Nacional de Reabilitação, não queremos deixar de o assinalar em «Agenda», referindo que a Associação esteve representada por um importante conjunto de congressistas, de que faziam parte o pre-



Tendo decorrido, no passado dia 1 deste mês, a tomada e posse dos novos

Homenagem aos militares mortos

Dando continuidade a uma iniciativa tomada em anos anteriores, no Dia de finados, o Governo Militar de Lisboa organizou vários actos destinados a prestar homenagem aos militares falecidos,



Comemoração do Armistício

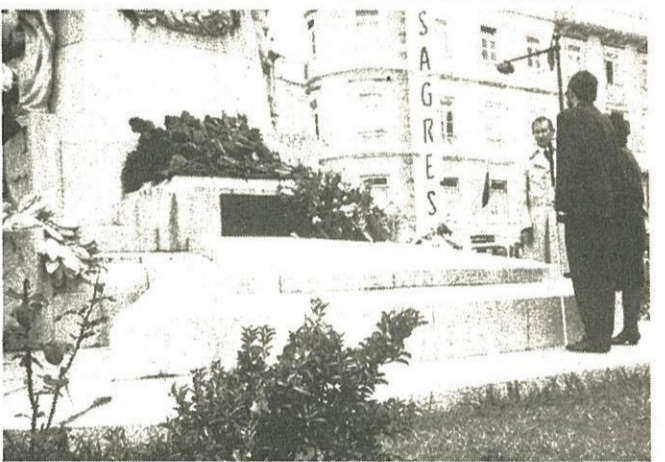
Organizado conjuntamente pela Liga dos Combatentes e pelos Estados-Maiores das Forças Armadas, a comemoração do Armistício da I Grande Guerra (71.º Aniversário) realizou-se, este ano, no dia 12 de Novembro.

Como habitualmente, a cerimónia principal, em

tendo a ADFa estado presente, na cerimónia, de grande simplicidade, dignidade e significado, que teve lugar, na manhã do dia 2 de Novembro, na Capela da Academia Militar (Paço da Rainha), com uma delegação composta pelo presidente da DC, José Arruda e pelos associados Sarmiento Coelho e João Domingos (porta-estandarte).

Lisboa, decorreu junto ao Monumento aos Combatentes, na Av. da Liberdade, e a ela presidiu o Secretário de Estado-Adjunto da Defesa Nacional (em representação do respectivo ministro), o qual estava acompanhado, entre outras personalidades, pelo general Altino de Magalhães, Presidente da Liga dos Combatentes e pelo eng.º Krus Abecassis, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, estando presentes várias deputações de combatentes, nacionais e estrangeiras.

Na ocasião própria, o Presidente da Direcção Central da ADFa, depositou uma coroa de flores na base do Monumento.



ADFA na Imprensa



A revista «Mais Alto», da Força Aérea, incluiu no seu número de SET/OUT, um Editorial do seu Director, general FA Wilton Pereira, que se re-

fere à cerimónia de entrega de diplomas de Formação Profissional, em Julho passado, e a que assistiu como representante do respectivo Chefe do Estado-Maior.



Pelo seu interesse, noutra local deste ELO se volta ao assunto.



Páginas avulsas

Pela Direcção Central foram mantidos vários outros contactos, neste período, nomeadamente

com a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, o Gabinete da Secretaria de Estado da Defesa Nacional e a Associação Nacional de Deficientes, de Moçambique, do que, pela sua importância, se fazem relatos mais pormenorizados em artigos separados.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS



Sabe o nosso sócio e/ou leitor, as moradas e telefones de todos as ADFAs deste País?

Se calhar não sabe sequer quantas são e onde são. Por isso aqui lhe deixamos a lista completa:

SEDE

Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 LISBOA CODEX

Telefs. 346 21 67/8

DELEGAÇÕES

5300 BRAGANÇA	B.º F. de Fom. de Hab., 20 r/c	Tel. 073/ 2 24 12
6000 CASTELO BRANCO	R. Dr. Ruivo Godinho, 2	Tel. 072/ 2 12 01
3000 COIMBRA	Av. Fernão de Magalhães, 429	Tel. 039/ 2 77 12
7000 ÉVORA	Rua das Forças Armadas	Tel. 066/ 2 34 73
8000 FARO	Rua de S. Pedro, 30	Tel. 089/ 2 85 15
9000 FUNCHAL	Bairro da Ajuda, Loja 4	Tel. 091/ 6 51 71
9500 PONTA DELGADA	Rua Ernesto do Canto, 22	Tel. 096/ 2 22 21
4200 PORTO	Rua Pedro Hispano, 1105	Tel. 02/82 04 03
2900 SETÚBAL	Rua Almeida Garrett, 70	Tel. 065/ 2 97 50
2760 V. N. FAMILIÇÃO	R. Adr. Pinto Bastos, 96-98, r/c	Tel. 052/ 2 28 48
3500 VISEU	R. José Branq., Q. B. V., 4.º Dt.º	Tel. 032/ 2 76 45

NÚCLEOS

LISBOA Alcobaça, Cascais, Peniche, Santarém
PORTO Chaves
VISEU Guarda



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8;

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 7500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e Armindo Roque.

- * MÓVEIS
- * ESTANTES METÁLICAS
- * TECTOS FALSOS
- * DIVISÓRIAS DE ALUMÍNIO



RUA DAS GAIAS, LOTE 36, LOJA B — Telef. 90 35 14 — 2700 AMADORA



FMAC

Reunião de Malta

Conforme já noticiado, deslocam-se a Malta, nos primeiros dias de Dezembro, para representar a ADFA, na reunião dos grupos de trabalho sobre a «Paz e Segurança no Mediterrâneo» e dos «Assuntos Sociais», o Presidente da Direcção Central, José Arruda e o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Couceiro Ferreira.

Numa antevisão do que se tratará em tão importante encontro, a «Conclusão» do «Documento

de Trabalho da Reunião», já distribuído às Delegações:

«No momento em que o clima das relações internacionais conhece um melhoramento, onde as soluções são delineadas para o regulamento de certos conflitos regionais, as relações pacíficas na região do Mediterrâneo podem ter uma influência determinante para substituir a confrontação pela cooperação e permitir à comunidade mundial, resolver os problemas cruciais, nomeadamente económicos e ecológicos, que condicionam a sua sobrevivência.

A experiência das Associações membro, as relações que existem no seio da F.M.A.C., devem permitir uma contribuição importante nesta via.»

ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS reúnem para analisar trabalho realizado e a realizar

Dentro do espírito solidário que superintendeu à constituição dos actuais corpos sociais centrais, que se pretende manter vivo ao longo do presente mandato, e em sequência do seu primeiro «encontro», realizado no passado dia 15 de Setembro, voltaram os mesmos a reunir-se, a 18 do corrente mês, para aferir dos desenvolvimentos associativos a partir de então implementados.

Assim, a Mesa da Assembleia Geral Nacional deu início aos trabalhos, explanando as linhas mestras da metodologia de acções a levar a efeito com vista à revisão estatutária, cuja dinamização lhe está cometida. Foi salientada a necessidade de um trabalho de fundo a produzir pelas bases associativas, no sentido de se conseguir um resultado que reflecta os desejos do maior número possível de associados, com o fim de se proporcionar o enquadramento e o apetrechamento correctos da ADFA, para o futuro. Nesse sentido, e com tal objectivo, enviou, oportunamente, a MAGN, a todas as Delegações, um ofício no intuito de serem auscultados, em reunião própria, os sócios das suas áreas de influência, para se poder perscrutar quais os grandes vectores de orientação a dar aos nossos futuros Estatutos.

Seguidamente, por parte da Direcção Central, foi exposta a filosofia que orienta a elaboração do orçamento para 1990, tendo sido indicadas as linhas principais em que o mesmo deverá assentar. Encontrando-se em fase adiantada o projecto de

orçamento para a Sede, aguarda o tesoureiro da DC as respostas a um inquérito financeiro oportunamente enviado às Delegações, para poder entrar na parte final de arquitectura toda a estrutura do orçamento geral da Associação. Foi ainda revelado o conjunto de iniciativas a levar a cabo, de harmonia com as Conclusões do III Congresso, no sentido de ser possibilitado o pagamento de quotas através de transferência bancária, o que viria a permitir, no caso de concretização, já no próximo ano, e a curto prazo, essa operação em relação a cerca de 70% do total das quotas cobráveis pela ADFA.

Em convecção com o tema anteriormente tratado, a MAGN avançou com a hipótese de convocação do próximo Conselho Nacional Ordinário, para aprovação do orçamento para 1990, para a Região Autónoma dos Açores, uma vez que, e partindo de um desejo já anteriormente expresso no sentido da descentralização das reuniões daquele órgão não existe matéria que justifique uma sua segunda convocação para o corrente ano e porque, como é óbvio, não se fará uma nova reunião do segundo órgão mais importante da ADFA, só pelo simples facto de o reunir...).

Em relação a este assunto, a Direcção Central evocou dificuldades de carácter financeiro para a concretização de tal desiderato, tendo-se decidido pela procura de apoios, designadamente nas áreas dos transportes e do alojamento. Se tais garantidos, não se sobrecarregando, assim, o orçamento do Conselho Nacional muito para além do das reuniões realizadas no Continente, seria então convocado o mesmo para os Açores, durante o próximo mês de Fevereiro. De qualquer maneira, aproveitou-se para afir-

EDITORIAL

Com a presente edição, completa o «ELO» quinze anos de publicação dedicados a divulgar os anseios e objectivos da ADFA, na defesa dos direitos dos seus associados, enquadrando a questão dos deficientes militares num envolvimento mais vasto, a nível nacional e internacional, na temática geral de todas as pessoas portadoras de deficiência.

O trabalho desenvolvido pelo nosso jornal em década e meia, reflectiu o que são os deficientes militares como indivíduos, e a sua capacidade organizativa através da obra que soube criar, tendo-se constituído, inequivocamente, num forte «elo» de ligação entre todos os sócios da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e mesmo entre eles e seus ex-camaradas e amigos.

Ao longo da sua existência manteve o «ELO» cambiantes e matizes diferenciados e muitos de nós sempre desejámos, e continuamos a desejar, que seja cada vez melhor, uns, porque nos preocupamos permanentemente na busca da perfeição, outros, porque nunca é suficientemente bom aquilo que produzimos. No entanto, o nosso órgão de comunicação tem alcançado, na generalidade, os seus objectivos: numa linguagem clara, tem feito chegar ao Poder e a outras mais instituições civis e militares, as preocupações e reivindicações da nossa Associação e em prosa não demasiado académica, tem feito chegar informação útil a uma camada heterogénea de associados, e outros leitores, com diferentes graus de cultura e radicados quer nas grandes metrópoles do litoral quer nos recônditos lugarejos do interior continental ou das isoladas ilhas dos Açores e da Madeira.

Compete-nos, assim, sócios desta Casa, se pretendemos um «ELO» com voz mais forte e interveniente, uma participação associativa mais assídua e activa, uma colaboração válida e séria com a equipa que o compõe, porque a uma dezena de anos da viragem do século, a dois da integração plena de Portugal na Comunidade Europeia, no momento em que se derrubam muros em Berlim e se rasgam cortinas do pensamento, quando a verdade absoluta de hoje é ultrapassada amanhã, a sociedade, com a sua dinâmica e os seus desafios, não espera por «velhos do Restelo» que se quedam por perscrutar, no passado, a sua essência e razão de existir; começa a perder a corrida quem não participa e luta, quem se entrega ao calor e morbidez do sofá da sua apatia.

mar a necessidade de tal encontro se enquadrar num programa mais vasto, que incluía realizações de carácter associativo e de sensibilização da opinião pública açoriana para a temática da deficiência, designadamente no que aos deficientes militares concerne. Desta forma, e se desbloqueados os problemas existentes, seria convocada uma reunião com o Presidente da Direcção da Delegação de Ponta Delgada, bom conhecedor da nossa vida associativa e da especificidade do povo açoriano, para colaborar na organização do programa associativo, cultural e social, de forma que tenha recepção óptima na realidade das pessoas a que se dirigirá, e pela sua dignidade se constitua um capital credor para todos os deficientes daquela região autónoma.

No que à nova Sede se refere, foram expostos aos restantes órgãos centrais os últimos desenvolvimentos e contactos mantidos pela Direcção

Central. Foi, de igual modo, explicado o motivo pelo qual foi solicitado, às empresas construtoras, uma prorrogação, por mais 60 dias, do prazo para adjudicação da 1.ª fase da obra, tendo ainda sido exposto o ponto da situação quanto à próxima celebração da escritura, com a Câmara Municipal de Lisboa, de concessão do terreno em que se implantará a nova Sede Nacional, assim como quanto aos contactos mantidos com o Governo no sentido de uma calendarização objectiva dos meios financeiros a fornecer por diversos Ministérios, para a respectiva construção.

Passando, de imediato, a tratar da situação em que se encontra o projecto do Estatuto do Deficiente Militar, foi referido, pela DC, terem já sido contactados três associados para iniciarem tal trabalho, tendo um deles, Jorge Maurício, elemento do Conselho Nacional, por Lisboa, informado encontrar-se praticamen-

Vamos continuar a trabalhar! No entanto, a informação, considerada actualmente o quarto poder, constitui um sector base na transformação da sociedade, na medida em que cria, nos que a consomem, necessidade de intervenção e de se constituírem em elementos activos na alteração das realidades e fenómenos que os circundam. Deste modo, se advogamos uma renovação de mentalidades por parte da sociedade em relação aos deficientes, temos, inevitavelmente, que ser os primeiros a adequar a nossa maneira de pensar e de agir ao espaço que nos envolve e aos desafios que o futuro já hoje nos coloca.

Assim, propõe-se o «ELO», durante o ano que se avizinha, no intuito da nossa sensibilização individual e colectiva, além de manter a sua actividade informativa e reivindicativa, que lhe deverá estar sempre subjacente e já que do futuro se trata, e tal como aconteceu no III Congresso Nacional, propõe-se, dizíamos, ser o pólo aglutinador e sensibilizador junto da massa associativa, para o sério trabalho de base a levar a efeito com vista à renovação e projecção da ADFA nos anos próximos, incentivando o debate aprofundado dos projectos, ainda em embrião, da revisão estatutária e do Estatuto do Deficiente Militar. Outrossim, e em matéria de realizações de carácter mais concreto, será o nosso jornal, junto dos associados, um veículo privilegiado a fazer chegar todas as situações emanantes do andamento da construção da nova sede, respectiva campanha para angariação de fundos e também de toda a movimentação e actividades da fase preparatória à sua realização, assim como das conclusões encontradas à sua posterior implementação, do I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Neste contexto, e com os objectivos enunciados, com a experiência vivida há 15 anos e tentando saber distinguir o real do ilusório, o possível do ideal, desejando ser lido e do agrado de um número cada vez mais vasto de sócios, razão número um da sua existência, espera o «ELO» constituir-se, sempre e mais, num vector de ligação e amizade entre todos os deficientes militares, divulgando, perante a sociedade, que as suas coesão e vigor continuam a fazer da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, uma organização forte e dinâmica, com capacidade e seriedade de intervenção nas temática e problemática da deficiência.

A DIRECÇÃO CENTRAL

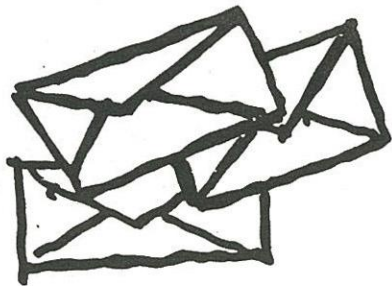
te efectuada a recolha da legislação dispersa relacionada com a matéria, estando já, e com base naquela, elaborado um primeiro esboço sobre que poderão assentar as fases seguintes de trabalho.

Abordou-se, depois, a realização do «I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique», tendo a DC explanado os motivos que levaram à elaboração da primeira proposta provisória para a Ordem de Trabalhos de tal reunião, indicando os desenvolvimentos já efectuados e os contactos já havidos e a haver para a sua concretização. Avançadas as datas provisórias, decidiu-se pela constituição de uma Comissão Executiva do I Encontro que, encabeçada pelo Presidente da Direcção Central, integrará os Presidentes da MAGN e do Conselho Fiscal Nacional, o responsável pelo Gabinete dos Órgãos Sociais Centrais (GOS) e dois associados a nomear

pela DC, Comissão essa à qual caberá a condução e a direcção do processo.

Considerou-se ainda a necessidade de constituição de uma Comissão de Relações Externas da ADFA, para o campo interno e para o internacional, com o fim de um melhor acompanhamento dos temas e mais profícuo apoio à Direcção Central, para que esta, na apresentação dos diferentes dossiers a entidades nacionais e internacionais, os leve cada vez mais e melhor estudados.

Finalmente, e a fim de se poder manter o alto nível de solidariedade inter-órgãos sociais centrais, fruto de um maior conhecimento, por parte de todos os seus elementos, dos grandes problemas de real interesse da ADFA, foi requerido a todos os responsáveis, em especial à DC, uma mais completa e atempada distribuição de informação e deliberou-se promover nova reunião, na Sede, no dia 13 de Janeiro do próximo ano.



Correspondência

No nosso correio de hoje, vamos transcrever a carta do associado n.º 801, José Moreira Alves, do Barreiro, a quem, logo de seguida, responderemos.

«Para Direcção do jornal o «ELO»:

Venho abordar um assunto que já o lamento por várias razões.

Não obstante ter já várias vezes comentado a algumas pessoas responsáveis do pelouro, decidi agora fazê-lo por escrito, e espero tenha a atenção merecida.

É frequente lerem-se notícias e avisos no nosso jornal, assim como por exemplo:

— na procura de um ELO cada vez melhor, ao serviço da nossa Associação e dos seus sócios;

— qualquer correspondência e outros, referência a 15 de cada mês, data de correio limite de 16/17, etc.

Enfim, o que lamento é o que tem acontecido no meu caso.

Pois acabei de receber o jornal de Outubro ontem, dia 31. É, por siste-

ma, todos os meses receber o jornal no fim do mês e, algumas vezes, já no princípio do seguinte.

Pergunto: como é possível tanta demora na travessia do Tejo, para a banda de cá? Será, efectivamente, culpa dos CTT, como me tem sido dito verbalmente? Mas sempre a culpa dos CTT?

Então, caso nós queiramos seguir alguma coisa que nos interesse, ou estamos informados dentro do prazo, como proceder? Acontece que quando recebo o jornal, já o prazo caducou. Portanto, notícias desactualizadas.

Com o meu apelo, rogo para que, de futuro, eu, e todos os que estejam na mesma situação, possamos ler as notícias do nosso ELO mais actualizadas — **INFORMAÇÃO ATEMPADA AO SERVIÇO DOS SÓCIOS.**

Para o melhoramento de um ELO ao serviço de todos os sócios.

Respeitosamente, cordiais saudações para um bom serviço associativo!

José Moreira Alves»

Em primeiro lugar, os nossos agradecimentos ao nosso sócio, e leitor, pela oportunidade que nos dá de prestar algumas informações sobre a organização do ELO e esclarecer dúvidas que, certamente, já se terão posto a outras pessoas.

Ao contrário do que alguns poderão pensar, o nosso jornal não tem uma data certa para sair, sendo que, quando possível, a mesma é na última semana de cada mês. No entanto, reforça-se, esse critério não é sempre o seguido, dado que, por ser de periodicidade mensal, haverá que estar sujeito a determinados acontecimentos, à sua importância e às suas datas, uns previsíveis, outros não. Por exemplo, celebrando-se o Natal em Dezembro, e este ano a uma 2.ª-feira, haverá que antecipar de uma semana a publicação do ELO, de forma a que possa ser distribuído, e talvez recebido, antes do fim do ano. É que, para além de possíveis demoras do correio, nesta época, a dobragem,

cintagem e envio do jornal, pode durar 2/3 dias.

Quanto à oportunidade das notícias dadas, um primeiro comentário: quando o nosso sócio refere, «é frequente lerem-se notícias e avisos no nosso jornal, assim como por exemplo... qualquer correspondência e outros, referência a 15 de cada mês, data de correio limite de 16/17, etc.», deve estar a exagerar! Que nos lembremos, está a citar o último ELO, numa chamada de atenção às Delegações, para a necessidade de se obedecer a um critério geral de referência para a campanha de angariação de fundos para a nova Sede, a qual tem que ser a mesma, todos os meses e para todos os donativos. E escolheu-se o dia 15, porque sendo o meio do mês, pode ser sempre utilizado, qualquer que seja a data de saída.

Quanto a outros artigos ou informações, embora se dê uma data limite para a recepção de notícias, com vista a poder-se fazer, com o tempo, o plano geral do jornal, o que é

facto é que poucas vezes ela é respeitada, quer pelos leitores e Delegações, quer consequentemente, pela própria Redacção, já que até sobre telefonemas, no próprio dia de composição, têm sido feitos artigos e noticiário. No dia seguinte é que já não é possível.

Acresce ainda, e não com menos frequência, que as notícias ou nunca chegam, ou chegam depois dos acontecimentos. Assim, torna-se um bocado difícil dar informação, sobre factos futuros, a tempo.

Quando o nosso associado refere, e muito bem, «na procura de um ELO cada vez melhor, ao serviço da nossa Associação, e dos seus sócios», não deve ser esquecido, como factor fundamental para esse ELO melhor, que aos sócios não compete só lê-lo, já que sem a sua participação ele não

pode ser feito. Porque, ao invés do que se possa pensar, o ELO, para reportagem, redacção e maquetagem, conta apenas com uma única pessoa, e a tempo parcial.

Resumindo, desde que as notícias nos cheguem, atempadamente, elas sairão e poderão informar, também em tempo, os nossos leitores.

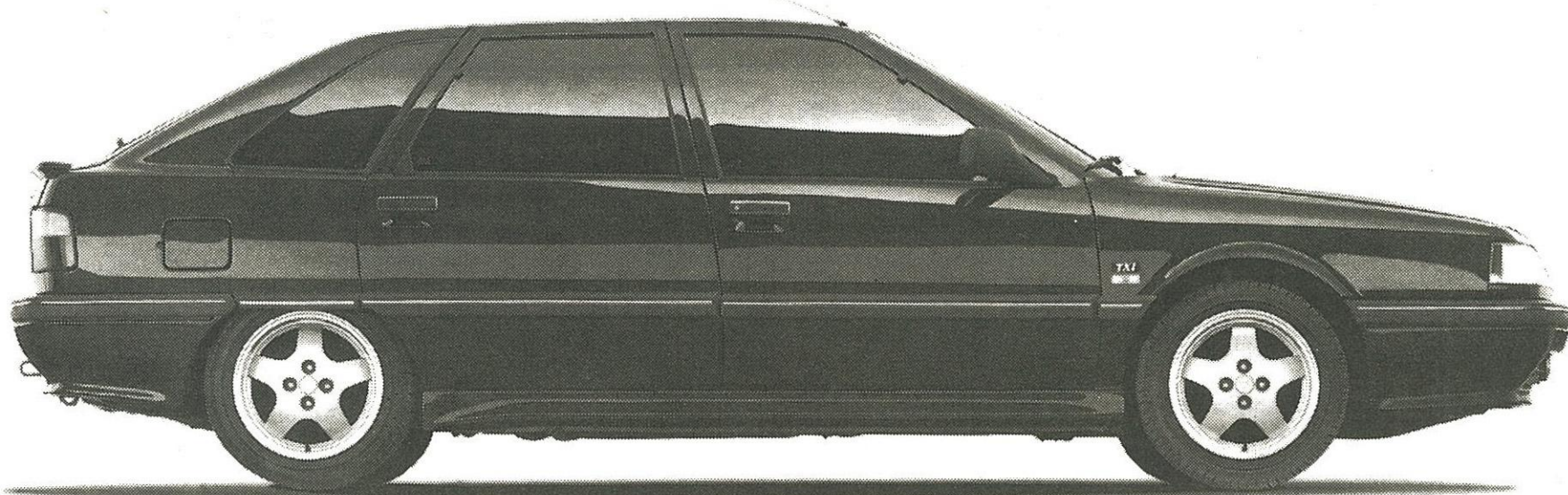
PARA CONCLUIR, VOLTAMOS A REPELIR O APELO FEITO TANTAS VEZES, E TÃO POUCAS VEZES CORRESPONDIDO: ENVIEM-NOS NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES QUE JULGUEM DE INTERESSE.

O «ELO» SERÁ AQUILO QUE OS SEUS LEITORES QUEIRAM QUE ELE SEJA! E TAMBÉM, CLARO, OS ÓRGÃOS SOCIAIS, NACIONAIS E REGIONAIS, DA ADFA. EM CONJUNTO E UNIDADE!

Nota Redacção: mais uma vez, e por absoluta falta de espaço, ficam de fora rubricas como «Noticiário vário», «Plano Nacional de Reabilitação», «Ponto de Encontro» e saindo, ainda um «Desporto» muito resumido

A vossa compreensão

O OUTRO RENAULT 21



Um Renault 21 diferente por fora, com as suas linhas dinâmicas, actuais, envolventes; linhas que não deixam ninguém indiferente.

Um Renault 21 diferente por dentro, com a sua habitabilidade interior única, os seus bancos traseiros rebatíveis assimetricamente, o requinte dos seus novos revestimentos e a notável integração do seu painel de bordo inteiramente redesenhado.

Garantia anticorrosão de 6 anos.
Modelo apresentado — Renault 21 Bicolor TXI (a comercializar durante 1990)

Um Renault 21 diferente ao volante, com o estilo inconfundível da sua condução, possibilitado pela raça das suas novas motorizações e pelo maior apuro tecnológico das existentes.

Para quem já viu e conduziu, é assim o novo Renault 21 Bicolor. E para si?

Não há como ver e experimentar. Venha ao seu Concessionário Renault confirmar que existe outro Renault 21 — O novo Renault 21 Bicolor.

RENAULT

Renault 21 - A escolha adulta

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telef. 859 00 58



Direcção Central da ADFA apresenta cumprimentos ao eng. Krus Abecassis

Em vésperas de eleições autárquicas, entendeu a Direcção Central da ADFA ser sua obrigação solicitar uma audiência ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a fim de lhe manifestar todo o apreço da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, pelo interesse e boa-vontade que o eng.º Krus Abecassis colocou na resolução de todos os assuntos que à ADFA diziam respeito, muito especialmente que se relacionam com a nova Sede. Assim, no passado dia 15 de Novembro, deslocaram-se aos Paços do Concelho, o Presidente e os 1.º e 2.º Secretários da DC, respectivamente associados José Arruda, Patuleia Mendes e Artur Vilares.

Na audiência, foram recordados alguns passos significativos nas relações bilaterais entre as duas

entidades, sendo realçados alguns dos momentos mais importantes protagonizados pessoalmente pelo eng.º Krus Abecassis, muito em especial a recepção que foi oferecida aos delegados ao III Congresso, em 13 de Janeiro deste ano, e em que, para além da confirmação da cedência do terreno para a nova Sede, foram proferidas declarações que calaram fundo em todos os presentes, pela compreensão e reconhecimento dos seus direitos, pelas certezas e esperanças que ficaram.

Tendo, designadamente, na altura, o Presidente da autarquia alfacinha, referido a questão das nossas relações com os PALOP's, num passado consubstanciado de futuro, se assim desejado, a Direcção informou, agora, do andamento do processo relativo à realização

do «I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique», tendo sido sugerido pelo eng.º Krus Abecassis que a ADFA se filiasse na UCCLA, projecto nascido da sua gestão e que pretende um intercâmbio não só entre as principais cidades de países onde se fala português, como também entre importantes instituições nelas sediadas.

A propósito desta obra, não a única iniciada pela actual edilidade, aproveitou a delegação da ADFA para lembrar a NIPRED — Núcleo de Intervenção para Recuperação de Diminuídos — serviço camarário que desenvolve trabalho de grande utilidade e que bem deveria servir de exemplo.

Em relação à nova Sede, foram expostas as diligências em curso para o prosseguimento da construção, tendo sido solicitado pela DC, como de fundamental justiça, que o protocolo de cedência do terreno ainda fosse as-

sinado pelo eng.º Krus Abecassis, como seu grande impulsionador e patrocinador, muito bem coadjuvado, aliás, pelo dr. Ilídio Dinis, do Serviço de Urbanização (e também presente nesta audiência), a vereadora dr.ª Ana Sara Brito (que acompanhou o processo desde a 1.ª reunião, em Novembro de 87) e a actual assessora, dr.ª Rosa Maria Sampaio (que «está» com a ADFA desde 88), entidades a quem a Direcção Central quiz, nesta altura, deixar expressos os seus agradecimentos.

Em resposta, o Presidente da Câmara agradeceu e declarou que ia tentar que tal acto fosse concretizado o mais breve possível e, grande amigo que é e será da ADFA, prometeu ainda continuar a prestar todo o apoio à Associação, nomeadamente procurar interessar outras instituições na questão da nova Sede, nomeadamente as Fundações Luso-Americana e Oriente.

Estatuto da carreira militar e vencimentos - ADFA contacta com Secretaria de Estado -

Como tem sido noticiado desde há algum tempo, na Comunicação Social, têm estado em estudo, pelo Governo e pelas Chefias dos Estados-Maiores, a nova regulamentação da carreira militar e a nova tabela de vencimentos das Forças Armadas.

Acompanhando os respectivos processos, desde o início, a ADFA manifestou junto da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, a sua preocupação na defesa dos interesses e

direitos dos deficientes militares, alertando, em ofício próprio, para a necessidade de se manter, integralmente, o espírito do Dec. Lei 43/76.

Em seguimento aos contactos havidos quanto a este assunto, uma delegação da ADFA, composta pelo Presidente da DC, José Arruda e pelos responsáveis pelo GOS e pelo DAJAS, associados Lopes Dia e Francisco Marcelino, deslocou-se ao Gabinete do Secretário de Estado, onde fo-

ram informados pelo coronel Augusto Batalha e pelo dr. Adérito Pinto, das propostas do Governo que iriam ser, muito brevemente, discutidas em Conselho de Ministros, trocando-se, então, algumas impressões sobre os documentos, ficando, desde logo, marcada nova reunião, para a ADFA colocar dúvidas e apresentar sugestões, caso as tivesse depois de melhor estudar todo o processo. Dias depois, em novo encontro a que comparece-

ram o Presidente da DC, responsável pelo DAJAS e 2.º Secretário da DC, Artur Vilares, foi a ADFA informada que, conforme sua pretensão, na nova legislação ficavam devidamente salvaguardados os direitos dos DFA's, consagrando-se o princípio da equiparação aos vencimentos dos militares no activo.

Entretanto a ADFA já iniciou um estudo mais profundo sobre a matéria em questão, tendo em conta o espírito do Preâmbulo e do Art.º 9.º do Dec. Lei 43/76 (20JAN).

Associação Nacional de Deficientes de Moçambique já existe!

A fim de estar presente no Congresso Nacional de Reabilitação, esteve em Portugal o então apenas indigitado Presidente da Associação Nacional de Deficientes de Moçambique, dr. Raul Bernardo Honwana, o qual, em contacto ali tido com a delegação da ADFA, manifestou interesse em visitar a nossa Sede, a fim de trocar impressões com diversos responsáveis pela DC e por vários serviços, o que prontamente foi aceite.

Assim, no dia 30 de Outubro passado, realizou-se um «briefing» no Palácio da Independência, a que estiveram presentes, além do nosso convidado, o Presidente da DC, José Arruda, o responsável pelo GOS, Major Lopes Dias, o actual responsável administrativo da Sede, dr. Sarmiento Coelho, o responsável pelo DAJAS, associado Francisco Marcelino, um elemento da



comissão do projecto do Estatuto do Deficiente Militar, Major Maurício e a assessora para a área social, dr.ª Paula Frazão.

Após a apresentação das duas Associações, quer através das suas razões de ser e estruturas, quer dos seus objectivos e planos, procedeu-se a frutuosa troca de impressões e experiências, em que ficou bem vincada a urgência e utilidade de maior sentido de cooperação, extensiva esta também a Angola e Guiné-

-Bissau, podendo vir a dar-se um grande passo em frente aquando do «Encontro» já calendarizado para Maio de 1990, e ao qual todos os países, e respectivas associações, deverão dar a máxima atenção, transformando-o, e disso há perfeita consciência, num dos momentos maiores da convivência entre todos os povos envolvidos.

A terminar a visita, o dr. Honwana disse que o termo da guerra tinha aspectos de felicidade co-

mum, permitindo o avanço e o desenvolvimento de grande fraternidade, ao mesmo tempo que apreciou a experiência da ADFA, reconhecendo o espírito pragmático que desenvolve, quer no campo nacional quer internacional, esperando que tudo isso pudesse ser de ajuda à sua congénere moçambicana, que deveria nascer, oficialmente, dentro de dias.

Na realidade, no dia 10 de Novembro, o Presidente da Direcção Central da ADFA teve ocasião de enviar o seguinte telegrama ao dr. Honwana:

«Associação dos Deficientes das Forças Armadas — Portugal, saúde criação da Associação Nacional de Deficientes de Moçambique, deseja êxito construção melhores condições vida para as pessoas deficientes vosso País, sob o lema «Total participação e igualdade».

TELEFONES DA SEDE

Dificuldade de obtenção de chamadas



Tem vindo a verificar-se uma certa queixa, por parte de alguns sócios, quanto à dificuldade de conseguirem entrar em contacto telefónico com os serviços da Sede.

Tendo em Abril deste ano sido publicado, no ELO, um aviso de alteração dos números de telefone, aqui se repete o mesmo, para obviar a possíveis enganos:

346 21 67 e 346 21 68

Venda de viaturas para deficientes

Documentação necessária

Deficientes civis (ao abrigo do Dec.-Lei 235/D de 1 Jun. 83)

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo Centro de Saúde da Área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças como esteve isento.

Deficientes das Forças Armadas (ao abrigo do Dec.-Lei 43/76 de 20 Jan. 76)

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Na Delegação do Porto, os sócios que pretendam adquirir viatura da marca «Renault» poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, das 10 às 16 horas, nas instalações da mesma, devendo, no entanto, telefonar antecipadamente, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus 3 p	869 412\$00	1 157 261\$00
Renault 5 Campus 5 p	917 911\$00	1 214 005\$00
Renault 5 TL Saga 3 p	959 720\$00	1 326 289\$00
Renault 5 TL Saga 5 p	1 008 080\$00	1 382 870\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 032 766\$00	1 475 143\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 080 481\$00	1 530 970\$00
Renault 5 GTX	1 226 760\$00	1 834 917\$00
Renault 5 GTD	1 373 852\$00	2 349 831\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 248 781\$00	1 733 731\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 255 216\$00	1 868 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 317 629\$00	1 941 064\$00
Renault 19 TSE	1 488 846\$00	2 141 388\$00
Renault 19 GTD	1 575 386\$00	4 139 093\$00
Renault 19 Chamade TR	1 261 144\$00	1 748 196\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 343 982\$00	1 971 897\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 518 623\$00	2 176 227\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 606 894\$00	4 179 918\$00
Renault 21 Tricorpo GTL	1 607 543\$00	2 290 244\$00
Renault 21 Tricorpo TSE	1 885 105\$00	3 015 301\$00
Renault 21 Tricorpo GSD	1 814 741\$00	4 423 099\$00
Renault 21 Tricorpo TDX	2 175 143\$00	6 682 605\$00
Renault 21 Bicorpo GTL	1 607 543\$00	2 290 244\$00
Renault 21 Bicorpo GTS	1 571 997\$00	2 648 965\$00
Renault 21 Bicorpo GSD	1 814 741\$00	4 423 099\$00
Renault Nevada GTS 5 lug.	1 683 474\$00	2 779 393\$00
Renault Nevada GTS 7 lug.	1 745 853\$00	2 852 376\$00
Renault Nevada TDX 5 lug.	2 155 425\$00	6 659 535\$00
Renault Nevada TDX 7 lug.	2 231 366\$00	6 748 386\$00
Renault 25 T.DX	3 373 261\$00	8 089 803\$00
Renault Espace T.DX	3 562 705\$00	8 311 452\$00
Renault Express GTC 5 l	1 246 516\$00	1 661 840\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 156 506\$00	1 556 529\$00

Transferência+Transportes= R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, compre através da ADFA. Tratamos toda a documentação. Informe-se na Sede ou nas nossas Delegações.

CONGRESSO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

— ADFA presente!

Sessão de abertura

Conforme largamente noticiado no «ELO», realizou-se, em Lisboa, o (I) Congresso Nacional de Reabilitação, numa organização do Secretariado Nacional de Reabilitação e com o apoio activo do Conselho Nacional de Reabilitação, sendo seu tema principal «A prevenção da deficiência e a autonomia das pessoas deficientes».

Reunindo, de 26 a 28 de Outubro passado, cerca de 700 congressistas nacionais e estrangeiros, contou, nomeadamente,

Na «Sessão de Abertura», presidida pelo Chefe de Estado, intervieram, para além do próprio, o Secretário Nacional de Reabilitação, como Presidente do Congresso, o Ministro do Emprego e Segurança Social, de Portugal, e ainda o Ministro sueco, como conferencista principal e convidado de honra.

Na sua «Saudação de boas vindas», diria, designadamente, o **dr. Fouto Pólvora, SNR**, em forma de apresentação e razão desta reunião:

«Para o Secretariado Nacional de Reabilitação, este Congresso surge na

tura global daquilo que através do tempo e em todos nós, existe atrás da palavra reabilitação.

Se o conseguirmos, penso que teremos contribuído para dar à Reabilitação a sua verdadeira dimensão histórico-cultural.

É através deste binómio história/cultural em que a noção de tempo desempenha um papel fundamental, e também porque um dos factores de medida da cultura de um povo é a atenção que é dada às suas minorias, que gostaria que fosse tida em especial consideração a concepção de

sumpção de um, o outro deixa de ter sentido.»

Acrescentaria:

«Atendendo ao tema deste Congresso. «A prevenção da deficiência e a autonomia das pessoas deficientes» e ao número de intervenções previstas é fácil deduzir que serão dias de trabalho intenso e entusiástico, só possível graças à dedicação de muitos. Aprecia-me também verificar que o conjunto dos temas a tratar se integra numa concepção de política, cujas medidas seguem as linhas de fundo do quadro geral referente a todos os cidadãos, donde o grande enfoque dado à prevenção da deficiência nas suas diferentes vertentes, desde o genético e comportamental ao educativo e social, em que é feita uma chamada de atenção não só para as causas de deficiência, como para as estratégias de intervenção precoce, sem esquecer o papel das novas tecnologias.»

Após mais algumas considerações, continuaria o orador:

«Voltando ao tema do Congresso quero salientar de forma particular neste primeiro dia de trabalhos, a participação das associações de e para pessoas com deficiência. De facto, seria contraditório que um Congresso Nacional de Reabilitação não beneficiasse das perspectivas das pessoas deficientes através dos seus reais representantes: as associações. Para além de contraditório permitir-me-ia considerar que este Congresso não teria sentido se não pudessemos contar aqui com aqueles que sempre nos habituaram à sua presença e colaboração, nomeadamente no espaço privilegiado de debate e encontro regular, o Conselho Nacional de Reabilitação.» finalizando:

«Para terminar gostaria que ficasse provado, ao longo destes três dias de trabalho, que a sobrevivência não pertence apenas aos mais aptos.

Desejaria sobretudo que fosse possível caminhar em função do viver e não do sobreviver e que o conceito de apto seja redimensionado à nossa escala, no sentido da filosofia que orientou este encontro segundo a qual não pode ser excluída nenhuma e qualquer pessoa.»

Na oração de fundo desta jornada inaugural, o **Ministro da Família, das Pessoas Deficientes e**

(Continua na pág. 10)

COMUNICAÇÃO DA ADFA

— O papel das organizações não governamentais na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Ao propor o tema «O papel das organizações não governamentais na defesa dos direitos das pessoas com deficiência», a Associação dos Deficientes das Forças Armadas pretende contribuir para o aprofundamento do valor do associativismo dos deficientes como catalizador dos seus anseios e consciencialização dos seus direitos e deveres.

Numa nota ainda que superficial, constatamos que ao longo da história as sociedades humanas vêm valorizando progressivamente o papel do grupo nas tomadas de decisão, alargando-se nas sociedades modernas o conceito de participação a todos os cidadãos.

A participação das pessoas com deficiência, tanto nas questões de carácter geral como nas que lhes dizem respeito, é um direito reconhecido muito recentemente, digamos que só a partir das segunda metade do nosso século.

A assunção dos direitos das pessoas com deficiência não tem sido uniforme em todos os países, estando esta questão intimamente ligada à cultura, à religião, e, ao desenvolvimento económico e social de cada povo.

Apesar destas assimetrias, a proclamação pelas Nações Unidas da CARTA PARA OS ANOS OITENTA e o estabelecimento do ANO INTERNACIONAL DOS DEFICIENTES, constituíram o reconhecimento à escala do Planeta, dos direitos de plena cidadania para mais de 500 milhões de deficientes existentes no Mundo.

Considera-se assim, que a par de outras minorias, também os deficientes são reconhecidos como sujeitos de direitos e de deveres, iniciando-se assim o ciclo das sociedades constituídas por cidadãos iguais perante a lei, isto é,



com a presença do Ministro da Família, das Pessoas Deficientes e das Pessoas Idosas, da Suécia, Bengt Lindqvist, do Secretário de Estado francês dos Deficientes e Acidentados da Vida, Michel Gillibert, do Secretário de Estado dos Assuntos Sociais da Guiné-Bissau, Luís Cândido Ribeiro, do Chefe da Divisão de Acção em Favor das Pessoas Deficientes, da Comunidade Económica Europeia, Bernard Wehrens, assim como do Director do respectivo Programa HELIOS, Armand Maron, e o Presidente da Comissão de Organização e Administração da Reabilitação Internacional, João Villalobos, entre outras personalidades oriundas de tão variados países como a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Inglaterra, a Irlanda, a Itália ou a Suécia, e membros activos, e dirigentes, quer de associações nacionais, quer de internacionais, entre elas a CEE e a RI (representadas por vários outros elementos, para além dos já citados), e também o Conselho da Europa.

sequência de uma trilogia de estudos já desenvolvidos, consubstanciados em documentos técnico-políticos amplamente divulgados e penso que de todos conhecidos, o «Contributo para uma política nacional de reabilitação», a «Lei de Bases de Reabilitação» e o «Plano Orientador da Política de Reabilitação».

Contudo, para nós, a principal razão de aqui estarmos, é porque não nos contentamos apenas com a sucessão cronológica de elaboração e apresentação ao Governo de documentos que, embora indispensáveis e insubstituíveis sob o ponto de vista político, podem acabar por ficar distantes da realidade quotidianamente vivida por aqueles a quem, essencialmente, se destinam.

Daí que desejamos, e acima de tudo, encontrar-lhes um sentido de conjunto, através de uma reflexão crítica, dum questionar de soluções que não poderão continuar a ser um inventário parcial de questões, a nível local, nacional ou internacional. Tal sentido deverá consistir, sobretudo, numa lei-

tempo das pessoas com deficiência, a espessura de que eles se reveste para elas, traduzida em continuidades e rupturas, sinónimo de insegurança e instabilidade a que nenhum profissional de reabilitação poderá ficar alheio».

Seguindo-se nas intervenções, o **dr. Silva Peneda, MESS**, após dizer:

«Como Ministro do Emprego e da Segurança Social, a quem cabe a responsabilidade de reabilitação em Portugal, posso afirmar que este momento representa não só a vontade política, mas também e, fundamentalmente, a afirmação de uma vontade que cada vez mais terá de ser colectiva, no sentido de que cada vez é mais forçoso que se caminhe para modos de interpretação de formas activas de solidariedade no processo de desenvolvimento. No limiar do novo século e perante os desafios que são colocados à nossa geração não podemos hoje dissociar esses dois conceitos: solidariedade e desenvolvimento. Hoje, mais do que nunca, andam a par, e sem a as-

AL DE REABILITAÇÃO 89
E AUTONOMIA



em que são concedidos a todos, iguais oportunidades.

Reflexo desta mudança é o facto de, nomeadamente, na Constituição da República Portuguesa, tais direitos virem expressamente consignados no Artigo 71.º

Estamos, assim, perante uma nova realidade assumida formalmente mas, no nosso entender, ainda muito pouco interiorizada, tendo em conta a diferença que sempre existe entre as ideias e os princípios e a prática do dia-a-dia.

De facto a mudança de mentalidades é muito lenta, e não basta os direitos das pessoas passarem a «letra de forma» para que os agentes responsáveis pela sua implementação passem a aplicar as novas disposições, quando durante tantas gerações se fez precisamente o contrário.

É neste contexto que assume fundamental importância o papel das organizações não go-

vernamentais de pessoas com deficiência, que nas várias fases da reabilitação e integração actuam como aceleradores do processo utilizando a informação, a sensibilização e a participação como instrumentos privilegiados da sua actuação.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas compreendeu desde sempre que para além da função reivindicativa como pólo aglutinador dos deficientes militares, deveria adoptar uma postura como agente de mudança de mentalidades, contribuindo para diminuir o fosso entre a «letra da Lei» e a prática das acções desenvolvidas pelos vários organismos do Estado e sociedade em geral.

A ADFA constituiu-se, assim, em pioneira da nova maneira de estar das pessoas com deficiência, passando a ser aceite que também estas se manifestem e intervenham em igualdade com as outras forças sociais, na perspectiva da constituição de um mundo melhor, mais justo e solidário. Foi assim dado o primeiro passo para que as questões dos deficientes passassem a estar inscritas nas preocupações dos programas governamentais, concluindo-se a necessidade de, nomeadamente, criar um organismo de coordenação destas acções. A criação do **Secretariado Nacional de Reabilitação** em 1977 materializou tal objectivo, antecipando-se o nosso país às recomendações da ONU, aprovadas mais tarde para o ANO INTERNACIONAL DOS DEFICIENTES.

Este facto é bem demonstrativo do papel que as organizações de deficientes podem desempenhar na evolução das ideias e da obrigação de as assumir na prática. Aliás, a participação das associações de deficientes no **Conselho Nacional de Reabilitação**, foi fundamental para a aprovação, pela Assembleia da República Portuguesa, da **Lei de Bases de Prevenção e Reabilitação**, instrumento fundamental para a prossecução das acções governamentais nesta área e que alterará forçosamente no nosso país todo o quadro legislativo referente às pessoas com deficiência.

É imprescindível que as organizações de deficientes pugnem pela aplicação e regulamentação da Lei de Bases sendo que, sem esta participação será difícil ou mesmo impossível a médio e a longo prazo criar as condições necessárias para que os deficientes olhem o futuro de modo igual ao dos de outros cidadãos.

Paralelamente, o reforço da intervenção social das organizações não governamentais na nossa sociedade é fundamental para a alteração de mentalidades que leve a rejeitar, nomeadamente, que para as acções, por exemplo, de educação, seja o Estado a construir escolas e outros equipamentos para os ditos normais, enquanto para os deficientes se incentiva o recurso ao peditório público.

Não se pode aceitar que a sociedade em geral e até muitas vezes alguns técnicos de reabilitação continuem a encarar os direitos das pessoas com deficiência como benesses, regalias e privilégios e não como meios de compensação destinados a proporcionar-lhes as mesmas oportunidades que os coloquem em pé de igualdade com os demais cidadãos.

O conceito de **solidariedade** não pode ser encarado de uma forma paternalista, mantendo a dependência como tranquilizante de consciências de uns em favor de outros, negando assim desta forma o objectivo último das acções de reabilitação que visa a **vida autónoma** das pessoas com deficiência.

Esta função de alerta permanente só poderá ser desenvolvida pelos próprios interessados, que assim com a sua participação poderão contribuir para que os investimentos do Estado, desde a Educação à Formação Profissional, sejam melhor aplicados numa óptica de rentabilidade serviço/utente.

A ADFA assume em toda a sua extensão, tanto no presente como o tem feito no passado, a sua qualidade de organização não governamental de pessoas com deficiência, intervindo a todos os níveis da nossa sociedade, informando a opinião pública sobre a realidade dos deficientes militares em particular e dos deficientes em geral, acentuando que a desvantagem física, sensorial e/ou psíquica, poderá não constituir obstáculo à integração das pessoas com deficiência desde que lhes sejam dadas iguais oportunidades.

Aliás a inserção de deficientes de vários tipos nos mais variados ramos de actividade são exemplo cabal do que afirmamos.

A nível da **sensibilização**, desenvolvemos permanentemente acções junto das escolas, dos empregadores públicos e privados, sindicatos e outras forças sociais com o objectivo de criar as condições para que as pessoas com deficiência sejam aceites no meio social e laboral a par de todos os outros, ditos não deficientes, assumindo os mesmos desafios, os mesmos êxitos e fracassos, as mesmas dores e alegrias. E, francamente, consideramos que os resultados deste diálogo são animadores, tratando-se, muitas vezes de saber quem deve dar o passo de aproximação, e, neste caso, sentimo-nos satisfeitos por o ter feito.

Este facto é o resultado de uma prática de



discussão e participação em que cada um expõe as suas ideias numa perspectiva de discussão permanente sobre a **filosofia da reabilitação**, avaliando assim sistematicamente os resultados destas políticas, seguindo mais segura e determinadamente o nosso caminho.

O que hoje é certo, amanhã poderá não ser.

A ADFA não tem estado sozinha nestas iniciativas e muitas outras organizações de e para deficientes têm desenvolvido acções relevantes que, em conjunto, contribuíram decisivamente para a alteração de mentalidades a que temos assistido, apesar de tudo, no nosso país.

A par destas acções, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas criou serviços próprios de apoio aos seus associados, nomeadamente nas áreas médico-social, administrativa, educação, cultura, desporto e lazer, na perspectiva de não deixar para o Estado a obrigação de tudo fazer como se de uma entidade abstracta se tratasse.

Na área de **Formação Profissional**, desenvolvemos acções com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional/Fundo Social Europeu, nomeadamente nos cursos de Técnico de Frio, Técnico Administrativo, Cerâmica, Electricidade/Electrónica, Artes Gráficas, Artesanato de Madeira, Reparadores de Aparelhos Eléctricos, Operadores de Escritório Electrónico e outros, numa perspectiva integrada com resultados já reconhecidos.

Paralelamente desenvolvemos na Delegação do Porto, através do nosso **Centro de Reabilitação** um projecto que envolve as várias vertentes da reabilitação de forma avançada e inovadora.

Compreendendo que os problemas do nosso tempo não podem mais ser vistos apenas isoladamente por cada país, a ADFA filiou-se na **Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra**, onde representa Portugal desde 1982, desenvolvendo aqui intensas actividades com os deficientes de guerra de todo o Mundo, trocando impressões, recolhendo experiências, cooperando a fim de contribuir para melhorar as condições de integração dos deficientes.

Mais recentemente estendemos as nossas actividades internacionais aos **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)**, desenvolvendo acções de cooperação e amizade com os antigos combatentes e deficientes daqueles países, constituindo ponto alto destas acções a realização da **I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau**, que terá lugar em Lisboa em 1990 a qual conta com o apoio tanto da Presidência da República como do Governo.

Igualmente temos desenvolvido contactos junto da R. I. e D. P. I., com o objectivo de aprofundar o relacionamento com estas duas organizações internacionais.

Ao realizar o seu **III Congresso**, em Janeiro do corrente ano, a ADFA adoptou o lema — **PARTICIPANDO CONSTRUAMOS O FUTURO** — que marca bem o pensar desta associação como elemento activo e participativo que pretende ser, na construção de uma sociedade nova à luz do «slogan»: **TOTAL PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE**, proclamado pelas Nações Unidas para a **Década da Reabilitação**.

Não tendo sido o nosso objectivo apresentar uma comunicação técnica e nem sequer muito profunda, podemos no entanto concluir do alto interesse que se reveste para qualquer país a existência de organizações não governamentais de pessoas com deficiência como motores da sensibilização e transmissão de informação aos agentes responsáveis pela aplicação das medidas/acções integracionais e à sociedade em geral.

Da fase de tolerância com que as organizações de e para deficientes eram encaradas pelos Governos e opinião pública, passou-se muito recentemente à fase do reconhecimento da sua existência bem patente com a sua presença no Conselho Nacional de Reabilitação, juntamente com os representantes dos vários Ministérios e outras forças sociais como é o caso das organizações patronais e sindicais.

Para que este reconhecimento se torne efectivo é necessário que o Governo restitua ao **Secretariado Nacional de Reabilitação** o papel de superior coordenação das acções de prevenção e reabilitação, elevando-o à categoria de **Secretaria de Estado** dependente da Presidência do Conselho de Ministros.

Entendendo a complexa articulação que terá de existir para a correcta aplicação da política nacional de reabilitação entre os vários serviços oficiais, reconhecemos de extremo interesse a descentralização do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Dado o volume de acções que se desenvolvem no âmbito da reabilitação e a experiência e dinâmica da Região Norte do País, propomos como primeiro passo a criação de um **Servio Regional de Reabilitação**, a funcionar naquela região.

Consideramos igualmente imprescindível a criação junto do Secretariado Nacional de Reabilitação de um instituto de apoio financeiro às organizações de e para deficientes, destinado a subsidiar os planos anuais destas organizações, aprovados pelo Conselho Nacional de Reabilitação, na sequência do que é proposto no **PLANO ORIENTADOR DA POLÍTICA DE REABILITAÇÃO** que passamos a citar: «*Definição e atribuição dos apoios de modo a garantir uma autonomia financeira das organizações.*»

Considerando o peso que tem a Informação e a Comunicação Social, julgamos que às organizações de deficientes deve ser atribuída a concessão do Direito de Antena.

Servirá este Congresso para quê?

Para ser mais um Congresso?

Os deficientes portugueses reclamam os seus direitos e a sua participação!

Capacitemo-nos de que a integração das pessoas deficientes é um processo longo, duro e contínuo.

Se a Associação dos Deficientes das Forças Armadas veio participar neste Congresso foi para «abalar» as consciências de todos nós, técnicos, pessoas deficientes e governantes, convicta de que este encontro nada mais será do que uma troca de experiências e um aferimento dos resultados alcançados se não forem criados os mecanismos necessários para levar à prática a curto e médio prazo as medidas constantes da Lei de Bases da Prevenção e Reabilitação aprovado no corrente ano pela Assembleia da República Portuguesa.

Terminado este Congresso a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, como organização não governamental, continuará empenhada na defesa dos direitos dos deficientes, totalmente disponíveis para participar na definição e implementação das condições que visam a autonomia, dignidade e plena integração da pessoa com deficiência.

COMUNICAÇÃO DA ADFA

— O papel das organizações não governamentais na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Ao propor o tema «O papel das organizações não governamentais na defesa dos direitos das pessoas com deficiência», a Associação dos Deficientes das Forças Armadas pretende contribuir para o aprofundamento do valor do associativismo dos deficientes como catalizador dos seus anseios e consciencialização dos seus direitos e deveres.

Numa nota ainda que superficial, constatámos que ao longo da história as sociedades humanas vêm valorizando progressivamente o papel do grupo nas tomadas de decisão, alargando-se nas sociedades modernas o conceito de participação a todos os cidadãos.

A participação das pessoas com deficiência, tanto nas questões de carácter geral como nas que lhes dizem respeito, é um direito reconhecido muito recentemente, digamos que só a partir das segunda metade do nosso século.

A assunção dos direitos das pessoas com deficiência não tem sido uniforme em todos os países, estando esta questão intimamente ligada à cultura, à religião, e, ao desenvolvimento económico e social de cada povo.

Apesar destas assimetrias, a proclamação pelas Nações Unidas da CARTA PARA OS ANOS OITENTA e o estabelecimento do ANO INTERNACIONAL DOS DEFICIENTES, constituíram o reconhecimento à escala do Planeta, dos direitos de plena cidadania para mais de 500 milhões de deficientes existentes no Mundo.

Considera-se assim, que a par de outras minorias, também os deficientes são reconhecidos como sujeitos de direitos e de deveres, iniciando-se assim o ciclo das sociedades constituídas por cidadãos iguais perante a lei, isto é,

AL DE REABILITAÇÃO 89
E AUTONOMIA



em que são concedidos a todos, iguais oportunidades.

Reflexo desta mudança é o facto de, nomeadamente, na Constituição da República Portuguesa, tais direitos virem expressamente consignados no Artigo 71.º

Estamos, assim, perante uma nova realidade assumida formalmente mas, no nosso entender, ainda muito pouco interiorizada, tendo em conta a diferença que sempre existe entre as ideias e os princípios e a prática do dia-a-dia.

De facto a mudança de mentalidades é muito lenta, e não basta os direitos das pessoas passarem a «letra de forma» para que os agentes responsáveis pela sua implementação passem a aplicar as novas disposições, quando durante tantas gerações se fez precisamente o contrário.

É neste contexto que assume fundamental importância o papel das organizações não go-

vernamentais de pessoas com deficiência, que nas várias fases da reabilitação e integração actuam como aceleradores do processo utilizando a informação, a sensibilização e a participação como instrumentos privilegiados da sua actuação.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas compreendeu desde sempre que para além da função reivindicativa como pólo aglutinador dos deficientes militares, deveria adoptar uma postura como agente de mudança de mentalidades, contribuindo para diminuir o fosso entre a «letra da Lei» e a prática das acções desenvolvidas pelos vários organismos do Estado e sociedade em geral.

A ADFA constitui-se, assim, em pioneira da nova maneira de estar das pessoas com deficiência, passando a ser aceite que também estas se manifestem e intervenham em igualdade com as outras forças sociais, na perspectiva da constituição de um mundo melhor, mais justo e solidário. Foi assim dado o primeiro passo para que as questões dos deficientes passassem a estar inscritas nas preocupações dos programas governamentais, concluindo-se a necessidade de, nomeadamente, criar um organismo de coordenação destas acções. A criação do Secretariado Nacional de Reabilitação em 1977 materializou tal objectivo, antecipando-se o nosso país às recomendações da ONU, aprovadas mais tarde para o ANO INTERNACIONAL DOS DEFICIENTES.

Este facto é bem demonstrativo do papel que as organizações de deficientes podem desempenhar na evolução das ideias e da obrigação de as assumir na prática. Aliás, a participação das associações de deficientes no Conselho Nacional de Reabilitação, foi fundamental para a aprovação, pela Assembleia da República Portuguesa, da Lei de Bases de Prevenção e Reabilitação, instrumento fundamental para a prossecução das acções governamentais nesta área e que alterará forçosamente no nosso país todo o quadro legislativo referente às pessoas com deficiência.

É imprescindível que as organizações de deficientes pugnem pela aplicação e regulamentação da Lei de Bases sendo que, sem esta participação será difícil ou mesmo impossível a médio e a longo prazo criar as condições necessárias para que os deficientes olhem o futuro de modo igual ao dos de outros cidadãos.

Paralelamente, o reforço da intervenção social das organizações não governamentais na nossa sociedade é fundamental para a alteração de mentalidades que leve a rejeitar, nomeadamente, que para as acções, por exemplo, de educação, seja o Estado a construir escolas e outros equipamentos para os ditos normais, enquanto para os deficientes se incentiva o recurso ao peditório público.

Não se pode aceitar que a sociedade em geral e até muitas vezes alguns técnicos de reabilitação continuem a encarar os direitos das pessoas com deficiência como benesses, regalias e privilégios e não como meios de compensação destinados a proporcionar-lhes as mesmas oportunidades que os coloquem em pé de igualdade com os demais cidadãos.

O conceito de solidariedade não pode ser encarado de uma forma paternalista, mantendo a dependência como tranquilizante de consciências de uns em favor de outros, negando assim desta forma o objectivo último das acções de reabilitação que visa a vida autónoma das pessoas com deficiência.

Esta função de alerta permanente só poderá ser desenvolvida pelos próprios interessados, que assim com a sua participação poderão contribuir para que os investimentos do Estado, desde a Educação à Formação Profissional, sejam melhor aplicados numa óptica de rentabilidade serviço/utente.

A ADFA assume em toda a sua extensão, tanto no presente como o tem feito no passado, a sua qualidade de organização não governamental de pessoas com deficiência, intervindo a todos os níveis da nossa sociedade, informando a opinião pública sobre a realidade dos deficientes militares em particular e dos deficientes em geral, acentuando que a desvantagem física, sensorial e/ou psíquica, poderá não constituir obstáculo à integração das pessoas com deficiência desde que lhes sejam dadas iguais oportunidades.

Aliás a inserção de deficientes de vários tipos nos mais variados ramos de actividade são exemplo cabal do que afirmamos.

BOAS FESTAS

DELEGAÇÕES — NÚCLEOS

BOAS FESTAS

GRANDE ACTIVIDADE NAS DELEGAÇÕES, NOMEADAMENTE QUANTO À ORGANIZAÇÃO DE FESTAS DE NATAL MAS NÃO SÓ!



ÉVORA

Festa de Natal

«A Delegação de Évora vai realizar, em 16 de Dezembro de 1989, uma festa convívio (almoço) alusivo ao Natal. Após a realização de uma Assembleia Geral Ordinária, pelas 9.30 nas instalações da delegação, haverá um almoço na cantina da Câmara Municipal de Évora (perto da Central da EDP e da Escola Industrial). As inscrições para o almoço devem ser feitas por telefone (23473) ou por carta para a delegação até oito de Dezembro, para um lógico controlo. O preço, *simbólico*, será de duzentos escudos por pessoa (mais de dez anos). Terão direito a estar presentes os sócios ao abrigo do n.º 1 do art.º 1 dos Estatutos da ADFA (quotas em dia) ou os que regularizam a sua situação até lá. A Direcção da Delegação de Évora deseja a TODA a FAMÍLIA um Feliz Natal e um ÓPTIMO ANO NOVO.»



FARO

Festa de Natal

A Festa de Natal da Delegação de Faro é no dia 16 de Dezembro de 1989, pelas 16 horas, na sede da Delegação, com um conjunto musical.

As inscrições devem ser feitas na Delegação, até às 18 horas do dia 14, por carta ou pelo telefone 089/28515.



PONTA DELGADA

Visita ao Núcleo da Ilha de Santa Maria

No dia 7 de Outubro de 89, deslocou-se, por via aérea, à Ilha de Santa Maria, uma comissão desta delegação, constituída pelo secretário da D.D., António Manuel Gaspar de Carvalho e pelo trabalhador da Delegação José Maria Soares, a fim de realizarem a reunião anual de trabalho com os associados da ilha.

O encontro teve lugar no dia 8/10/89, pelas 11 horas, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vila do Porto, com a presença de todos os sócios de momento residentes.

Depois da apresentação de cumprimentos pelo secretário da D.D., iniciaram-se os trabalhos que incidiram principalmente nos seguintes pontos:

I — Iniciativas levadas a efeito no corrente ano pela delegação, nomeadamente às 'demarches' encetadas com vista à realização de um dos próximos Conselhos Nacionais da ADFA, nos Açores.

II — Informação aos associados da maneira de contribuir com os seus donativos para a Campanha de Angariação de Fundos, em curso, para a construção da nova sede da A.D.F.A.

III — Situação financeira da Delegação e outros assuntos de âmbito geral, relacionados com os associados.

A reunião terminou pelas 13 horas.

Por determinação da direcção da Delegação, e como vem sendo hábito nas visitas aos Núcleos, foram os associados presentes convidados para um almoço de confraternização, num restaurante de Vila do Porto, que decorreu em franco e agradável convívio. A comissão regressou a S. Miguel pelas 19 horas do dia 8/10/89.

DESPESAS EFECTUADAS:

Transportes (Avião e Táxi)	14 890\$00
Alojamento/Alimentação	15 530\$00
SOMA	30 420\$00

PORTO

15.º Aniversário e Festa de Natal

No âmbito do 15.º Aniversário da Delegação e da Quadra Natalícia de 1989, a Direcção da Delegação vai realizar diversas actividades durante o mês de Dezembro de 1989, com vista a proporcionar aos sócios e seus familiares, momentos de confraternização e discussão de assuntos de interesse associativo.

Ainda que esta quadra se revista de um aspecto essencialmente festivo, julgamos de extrema importância a conjugação de esforços para debatermos assuntos que serão determinantes para afirmar a nossa força e garantir os direitos já alcançados.

PROGRAMA GERAL

Dia 2 Dezembro 89

Jornada de Reflexão e Debate

- 9.30 h — Recepção dos Sócios.
- 10.00 h — Informações da Direcção da Delegação.
- 10.30 h — Actividades e Serviços da Delegação.
- 12.30 h — Visita guiada às instalações.
- 13.00 h — Almoço na Delegação.
- 15.00 h — Os Deficientes das Forças Armadas e a revisão do sistema retributivo dos militares.

NOTA — Comunique a sua participação pelo telefone 820403 ou outra via.

Dia 7 Dezembro 89

Aniversário da Delegação.

- 9.00 h — Içar da bandeira.
- 10.00 h — Convívio de trabalhadores e sócios.
- 12.30 h — Almoço.
- 14.00 h — Início do trabalho normal da Delegação.
- 15.00 h — Encontro com instituições e serviços ligados à problemática da deficiência.
- 16.30 h — Porto de Honra.
- 19.30 h — Jantar/convívio, seguido de noite recreativa e cultural.

NOTA — Marque a sua inscrição para o jantar até ao dia 4 de Dezembro.

Custo por pessoa 800\$00

Crianças de 15 a 12 anos 50%



Festa de Natal

Como tem vindo a ser tradição, vamos realizar a nossa Festa de Natal em várias localidades com distribuição de brinquedos às crianças e realização de um sorteio para ajudar a suportar os encargos financeiros inerentes aos prémios e prendas que iremos distribuir.

Apelamos à participação de todos para que façam as inscrições até ao dia 4 de Dezembro e enviem as importâncias relativas aos bilhetes do sorteio.

8 de Dezembro

Santa Maria da Feira

- 10.30 h — Jogo de futebol
- 13.00 h — Almoço
- 16.00 h — Festa de Natal no Salão Paroquial de Escapães

9 de Dezembro

Porto

- 15.30 h — Festa de Natal no Cine Teatro Júlio Dinis

10 de Dezembro

Viana do Castelo

- 13.00 h — Almoço Convívio e Festa de Natal; Restaurante Martins, em Darque.

16 de Dezembro

Chaves

- 14.30 Festa de Natal no Núcleo da Delegação (Forte de S. Francisco).

NOTA — Preço do almoço, em Viana do Castelo: 1500\$00. Na Feira: 1200\$00 (adultos).

Consultas no HM Porto

Por ser época de Natal, não se realiza a consulta da última 4.ª-feira de Dezembro, dia 27, no Hospital Militar Regional do Porto

SETÚBAL

Festa de Natal

A Delegação de Setúbal, leva a efeito, mais uma vez este ano, o seu tradicional almoço de Natal, o qual terá lugar num dos restaurantes da cidade, no dia 16/12/89.

Os sócios interessados, podem fazer as suas inscrições directamente na sede da Delegação ou através do telefone 29750, rede de Setúbal.



VILA NOVA DE FAMALICÃO

Festa de Natal

Informam-se todos os sócios desta Delegação de que a Festa de Natal/89 se realiza no dia 3 de Dezembro, domingo, no local habitual, Cine-Teatro Augusto Correia, com início às 9.30 h.

O seu programa compreende ilusionismo, ventríloquo e os sempre pedidos e aplaudidos Palhaços.

Como também já se tornou hábito de há alguns anos a esta parte, no intervalo serão sorteados, entre os presentes (sócios, filhos e outros familiares), vários prémios entre os quais a habitual bicicleta,

A distribuição de brinquedos e/ou lembranças funcionará, como sempre, na zona do bengaleiro, desde o início ao fim da festa.

Chama-se a atenção para o facto de só serem contempladas as crianças até 12 anos, previamente inscritas na Delegação e cujos pais tenham as quotas em dia.

Sorteio da Delegação

Por lapso, as rifas referem um 4.º prémio (moinho de café), o qual, como é óbvio, não poderá ser atribuído, visto a Lotaria Nacional só ter 3 prémios grandes.

No sentido de remediar este «erro», a direcção desta oferece às aproximações ao 1.º prémio (números imediatamente superior e inferior), um moinho de café a cada.



VISEU

Festa de Natal e contactos

A ADFA, Delegação de Viseu, vai mais uma vez levar a efeito a sua Festa de Natal para convívio dos seus associados, esposas e filhos. A Festa realiza-se no pavilhão A da Feira de S. Mateus no dia 16 de Dezembro, gentilmente cedido pela Câmara Municipal de Viseu. Informamos que a ementa é composta por arroz à valenciana, batata assada com lombo assado ou leitão, e sobremesa.

Pedimos para os associados comparecerem em grande número, pois é de vital importância a sua presença. Inscrevam-se o mais rápido possível. Da parte da manhã há marionetas para divertimento das crianças, com entrega de lembranças, e da parte da tarde, haverá boa música servida pelo conjunto Seara Azul.

A direcção de Delegação foi recebida pelo Governador Civil de Viseu, dr. Soares Marques. Falámos dos DFA em geral, e em especial dos da área de Viseu. O sr. Governador mostrou-se muito interessado e prometeu voltar a receber-nos numa data oportuna. Muitas felicidades e muitos êxitos, é o que desejamos ao sr. Governador Civil.

Também fomos recebidos pelo presidente da Câmara de Mangualde, ao qual expusemos os problemas que afectam os deficientes dessa área, mas como Roma e Pavia não se fizeram num dia, pouco a pouco lá chegaremos.

Depois de corrigidas as anomalias das quotas referentes a Dezembro 88 até Maio de 89 e feita a correcção das mesmas, informamos que este mês todos os associados passam a receber o Jornal Elo.

Esta direcção, não tendo nada a ver com estas anomalias, pede a melhor compreensão dos sócios.

FESTA DE NATAL SEDE



Embora não nos tenha chegado o programa completo da Festa de Natal da Sede que, como já noticiado, se realizará no dia 16 de Dezembro, das 14 às 18 horas, no Lar Militar, sabemos que entre os grupos musicais e corais estarão os da TAP e da Fundação Raquel e Martin Sain. Evidentemente que não faltarão os palhaços, assim como está assegurada a vinda do Pai Natal, embora muito ocupado, como é natural, nesta época do ano. Mas não quis deixar de assistir, simpaticamente, à distribuição de lembranças e presentes aos mais novos. Não sabemos se terá tempo para também estar no lanche que será oferecido a todas as crianças.



Durante a Festa, estarão expostos os trabalhos enviados, até ao dia 1, para o concurso de desenho, cujos vencedores, aliás, serão então conhecidos, recebendo também os respectivos prémios.

Nota: o autocarro que serve o Lar Militar é o n.º 3, que se pode apanhar em Alvalade (estação Metropolitana)

ÉVORA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Évora convoca os seus sócios, nos termos do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 16 de Dezembro de 1989, com início marcado para as 9.30 horas, nas instalações da Delegação, sita na Rua dos Deficientes das Forças Armadas — Edifício do DRM, em Évora, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 — Apresentação, discussão e aprovação do Relatório da Direcção da Delegação relativo ao exercício de 1989;

Ponto 2 — Apresentação, discussão e aprovação do Orçamento da Delegação para o ano de 1990;

Ponto 3 — Diversos.

Évora, 28 de Novembro de 1989

O Presidente da M.A.G.D.
Inácio Augusto Carmelo Gracinda

DELEGAÇÃO DO PORTO

Admissão de trabalhador

Admite-se, para a Delegação do Porto da ADFA, um trabalhador com as seguintes características:

- habilitações literárias e profissionais adequadas à função de secretário;
- conhecimentos gerais de expediente de escritório com experiência em dactilografia;
- capacidade de manuseamento de ficheiros e organização geral.

Remuneração de acordo com o estatuto do trabalhador.

Envio de **currículum vitae** detalhado para:
ADFA — Secção de Pessoal
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 LISBOA CODEX



...com a ADFA

Como escrito em «Agenda» e em coincidência feliz com o propósito de convidar as revistas militares para estarem presentes no 15.º aniversário do «ELO», surgiu publicado em «Mais Alto», órgão de Comunicação da Força Aérea, e da autoria do respectivo Director, general Wilton Pereira, um «Editorial» intitulado «Uma lufada de ar fresco», do qual com a devida autorização respigamos algumas partes.

Após breves considerações sobre trabalhar no Inverno e no Verão e sobre a facilidade com que, dadas as condições próprias de chuva e frio ou de calor, nos rebelamos contra determinados factos e até pessoas, diz o autor:

«Mas também no Inverno e no Verão existem momentos de puro apaziguamento das consciências. Num dia abrasador de Julho assisti à cerimónia de entrega de diplomas a umas dezenas de Deficientes das Forças Armadas e Deficientes em geral, que concluíram Cursos de Formação Profissional, no âmbito de acções da respectiva Associação.

Homens dos três Ramos e de várias Raças, constituindo uma simbiose simbólica do Portugal e das Forças Armadas de há anos atrás e que, muitos deles, a serviço da Pátria, tinham tido em dias longínquos, o seu encontro com o Destino.

E ali estavam eles, recebendo sem alarde, o papel conquistado com prodígios de estoicismo e esforço físico, mas que lhes deu novas esperanças de voltarem a trabalhar a favor de Portugal, das Famílias e deles próprios. Todos haviam demonstrado saber desenvolver a Força Moral que dá valor aos homens e vitória às causas.

Durante todo o período em que ali estive, quer nas palavras proferidas quer nas conversas que mantive, nunca ouvi falar de reivindicações, nem de lamúrias: apercebi-me, isso sim, que palpitava na sala uma enorme confian-

ça na capacidade do próprio querer; que se assumia a atitude transparente de aceitar o difícil desafio que a vida lhes lançara; que era evidente a convicção com que sabião contagiar tudo e todos até vencerem esse desafio.

Ali, contra a corrente geral muito em voga, fora banida a figura ridícula do 'Zé coitadinho'.

E finaliza: «O Verão passou, mas conservei na memória a recordação desse escaldante dia de Julho. Um punhado de homens, por não se deixarem abater, souberam insuflar nos outros a lufada de ar fresco que tanto desejávamos.

Ninguém nos encomendou o sermão. Mas agira, pesando tudo o que sei ou que deduzo, tudo o que vejo ou vislumbro, fico cogitando quem serão afinal os verdadeiros Deficientes.»

Antes de terminar esta referência ao «Mais Alto», um outro, pequeno, apontamento, agora sobre o artigo intitulado «D. Duarte de Almeida, o Decechado», do brig. Pilav J. Quintela, na habitual secção «Figuras da História de Portugal».

Escreve o autor, após narrar as circunstâncias em que o Alferes-Mor de Portugal e porta-estandarte de D. Afonso V, na batalha de Toro, defendendo a bandeira real, perde, por decepção, sucessivamente a mão esquerda e a mão direita, sendo depois feito prisioneiro pelos castelhanos:

«Duarte de Almeida sobreviveu aos seus ferimentos e diz um dos cronistas da época que 'em Çamora onde foi levado prezo se lhe fez per seus inimigos mais honra do que se lhe fez depois em sua pátria per seus natu-raes'. Também Garcia de Resende, cronista de D. Afonso V, diz que 'este Alferes a quem tanta honra e riqueza se devia, viveu depois aleijado e pobre e não com galardão digno de tal serviço'.

Como diria alguém, comentários para quê?...

Formação Profissional

Aproveitando a «deixa» da primeira parte do artigo anterior, aqui fica a notícia do início, na sede, de mais um curso de For-

mação Profissional, «Microsoldadura», em 23 de Novembro, com a frequência de uma dúzia de alunos.



AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	864 500\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 094 000\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 210 000\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 265 000\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 360 000\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 370 000\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 679 970\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 670 000\$00
AX 14 T2S 3 PORTAS	972 484\$00	1 495 000\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 560 000\$00
C 15, FAMILIAR	991 079\$00	1 460 000\$00
C 15, CARGA	1 003 794\$00	1 178 590\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P1	1 567 971\$00	2 559 510\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P2	1 696 681\$00	2 710 100\$00
BX 16 TRS PACKAGE 1	1 481 390\$00	2 458 210\$00
BX 16 TRS PACKAGE 2	1 541 595\$00	2 528 650\$00
BX 14 RE	1 301 544\$00	1 880 000\$00
BX 11	1 174 630\$00	1 575 000\$00
BX 19 GT 16 V	2 246 125\$00	4 950 000\$00
BX 19 TRD PACKAGE 1	1 570 452\$00	4 159 619\$00
BX 19 TRD PACKAGE 2	1 695 753\$00	4 306 221\$00
BX 19 TRD PACKAGE 3	1 871 837\$00	4 512 340\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 1	1 972 585\$00	4 464 630\$00
BX TRD TURBO	1 991 380\$00	4 486 620\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 3	2 010 406\$00	4 503 880\$00

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.

— Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h, às 14 h, através dos Telef. 346 21 67 e 859 50 16 após as 19 horas. A. PINTO.

Outras informações: horas de expediente

Viaturas OPEL

MODELO CORSA	PREÇO BASE	P.V.P.
SW 1.0S 3P	825 500\$00	1 121 587\$00
SW 1.2ST 2P	899 600\$00	1 306 236\$00
SW 1.2ST 4P	952 700\$00	1 368 360\$00
SW 1.2ST 3P	886 400\$00	1 290 792\$00
SW 1.2ST 5P	931 800\$00	1 343 910\$00
GL 1.2ST 3P 5 Vel.	955 300\$00	1 371 400\$00
GL 1.2ST 4P 5 Vel.	1 004 200\$00	1 428 610\$00
GL 1.2ST 4P Super	1 050 900\$00	1 483 250\$00
GL 1.2ST 5P Super	1 037 300\$00	1 467 340\$00
GT 1.3SB 3P	1 123 400\$00	1 635 030\$00
GSI 1.6i 3P	1 377 900\$00	2 362 980\$00
MODELO DIESEL		
SW 1.5D 4P	1 170 700\$00	1 855 070\$00
SW 1.5D 5P	1 163 300\$00	1 846 410\$00
GT 1.5TD 3P Turbo	1 410 100\$00	2 135 120\$00
MODELO KADETT		
LS 1.2S 3P	1 090 490\$00	1 528 440\$00
LS 1.2S 5P	1 134 990\$00	1 580 505\$00
LS 1.3S 3P	1 154 690\$00	1 670 507\$00
LS 1.3S 4P	1 243 590\$00	1 774 520\$00
LS 1.3S 5P	1 199 990\$00	1 723 508\$00
GL 1.3S 3P	1 302 590\$00	1 843 550\$00
GL 1.3S 4P	1 359 790\$00	1 910 474\$00
GL 1.3S 5P	1 315 390\$00	1 858 526\$00
GL 1.6S 4P	1 543 090\$00	2 555 115\$00
LS 1.6D 4P (Diesel)	1 440 390\$00	2 435 377\$00
KADETT LUXO		
GL 1.3S 4P	1 551 090\$00	2 134 295\$00
GL 1.3S 5P	1 506 690\$00	2 082 347\$00
KADETT CARAVANS		
LS 1.3S 5P	1 360 000\$00	1 896 464\$00
GL 1.6S 5P	1 580 000\$00	2 584 043\$00
LS 1.6D 5P	1 480 000\$00	2 467 465\$00
OPEL VECTRA		
GL 1.4NV 4P	1 542 700\$00	2 205 180\$00
GL 1.4NV 5P	1 589 700\$00	2 260 170\$00
GL 1.6SV 4P	1 713 500\$00	2 756 080\$00
GL 1.6SV 5P	1 760 500\$00	2 811 070\$00
GLS 1.6SV 4P	1 836 600\$00	2 900 107\$00
GLS 1.6SV 5P	1 883 600\$00	2 955 097\$00
DIESEL		
GL 1.7D 4P	1 886 800\$00	3 005 805\$00
GL 1.7D 4P (metalizado)	1 926 400\$00	3 055 647\$00
MODELO OMEGA		
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.)	2 466 400\$00	5 328 103\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.) Tecto Abrir	2 576 400\$00	5 456 803\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.) Ar Condic.	2 699 800\$00	5 601 181\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Sol)	2 012 100\$00	6 859 797\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Met.)	2 056 800\$00	6 912 096\$00
Omega GLS Caravan (Met.)	2 573 700\$00	5 453 644\$00
Omega GLS Caravan (Met.) Tecto Abrir	2 683 700\$00	5 582 341\$00
Omega GLS Caravan (Met.) T. Abr. Ar. Con.	2 917 100\$00	5 855 422\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17.300\$00 e 44.700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 346167 e 8595016, após as 19h30. A Pinto.

Outras informações: horas de expediente.

CONGRESSO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

(Continuação da pág. 6)

das Pessoas Idosas, da Suécia, Bengt Lindqvist (que é invisual), lembrando que são cerca de 500 milhões os deficientes, em todo o Mundo, fez a história do movimento reivindicativo do sector, desde o aparecimento, há cerca de um século, na Escandinávia, da primeira associação de deficientes, até aos dias de hoje, movimento esse que evoluiu desde a luta pelo simples direito ao trabalho, às áreas da habitação, dos transportes e da reabilitação.

O conferencista consideraria, depois que embora actualmente esteja aceite a ideia e que este problema se deve inserir no dos «direitos humanos em geral», devendo os deficientes ser considerados, e integrados, como membros de pleno direito, na sociedade, sendo até isso consignado em normas internacionais das Nações Unidas, entre outros documentos e outras entidades, o que é facto é que ainda se levantam várias dificuldades à total compreensão, e reconhecimento integral, desses princípios, pelo que se torna imprescindível, face também a uma cada vez maior descentralização administrativa, reforçar os apoios financeiros às organizações de e para pessoas deficientes.

Bengt Lindqvist, ao terminar, afirmaria então serem três as questões-chave que se põem: em primeiro lugar, igualdade de oportunidades, seguindo-se, com importância paralela, prevenção e reabilitação.

A encerrar esta Sessão, falaria o Presidente da República, que na sua «mensagem» não quis deixar de referir a situação de desanuviamento mundial que se vive e que poderá ajudar a que melhor atenção se possa prestar a tantos outros problemas que afligem a humanidade, como sejam a intolerância, a ignorância e a fome, numa procura verdadeira de solidariedade e igualdade.

Referindo a acção estadual, e governamental, na tentativa de correcção de desigualdades e de criação de iguais oportunidades, o dr. Mário Soares, salientaria, também, a extraordinária força de realização e de trabalho das associações de e para deficientes, que devem ser mais ouvidas, pois elas são a voz legítima dos interessados.

Terminada a Sessão de Abertura, e retiradas as entidades oficiais, deu-se início aos trabalhos propriamente ditos, com a

realização da primeira sessão plenária.

Sessões de trabalho

Não nos sendo possível, e porque também não cabe a «ELO» fazê-lo, apresentar uma descrição do que foi este Congresso, ainda que resumida, poderemos dizer, no entanto, para que cada um fique com uma ideia da sua dimensão, que foram dezenas os conferencistas que se apresentaram ao longo dos três dias, dividindo-se as respectivas comunicações, nas doze sessões sectoriais, pelos temas «Apoio sócio-educativo precoce na prevenção da deficiência», «Prevenção da deficiência nos aspectos relacionados e evolutivos do comportamento», «Perspectiva global e integrada dos diferentes aspectos ligados à prevenção da deficiência e a autonomia da pessoa com deficiência», «Estratégias de intervenções precoce para crianças com deficiência», «A autonomia da pessoa com deficiência e a Comunicação Social», «Sistemas alternativos de comunicação», «Conceito de desvantagens/handicap e conceito de autonomia ou vida independente», «Os direitos das pessoas com deficiência», «A cultura e o desporto» e «O meio ambiente e autonomia das pessoas com deficiência», tratando-se as questões «Prevenção da deficiência nos aspectos organo-genéticos», «Segurança Social e autonomia da pessoa com deficiência» e «Novas tecnologias e autonomias das pessoas com deficiência», nas três sessões plenárias.

Como também foi noticiado, a ADFA fez-se representar por vários dos seus elementos da Sede, do Porto e de Faro, tendo o Presidente da Direcção Central, apresentado, na 6.ª feira, dia 27, um trabalho sobre «O papel das OG'sN (Organizações Não Governamentais) na defesa dos direitos das pessoas deficientes», na sessão sectorial dedicada, precisamente, aos «direitos das pessoas com deficiência», em que foi «moderador» a «Sub-Directora Geral do Instituto de Reinserção Social, dr.ª Fernanda Farinha e «relator» a Directora de Serviços de Apoio Técnico do SNR, dr.ª Eduarda Casca Osório, e em que intervieram, também, o psicólogo/Vogal técnico da Direcção do «Elo Social», dr.º António Martins Rodrigues e a Administradora hospitalar do Hospital Miguel Bombarda, dr.ª Arminda Vilares Cepeda.

Apresentados os conferencistas pela Mesa, José Arruda disse algumas pa-

lavras introdutórias sobre a ADFA e o trabalho que ia apresentar, o qual foi, seguidamente, lido pelo nosso associado Sarmiento Coelho, do Departamento de Formação Profissional/Sede:

«A propor o tema — O papel das Organizações Não Governamentais na defesa dos direitos das pessoas com deficiência —, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas pretende...» — ver texto integral em destaque.

Terminada esta leitura, e após a apresentação das outras duas comunicações, entrou-se num curto período de perguntas, ou intervenções, dos assistentes. Aproveitando o facto da dr.ª Arminda Cepeda ter falado sobre «Os direitos dos doentes mentais — uma utopia sempre adiada?», o Presidente da Direcção da Delegação de Faro, da ADFA, José Nicolau Rufino, também ele congressista, introduziu uma nota particularmente dramática nesta sessão, ao referir, e descrever, a sua experiência pessoal com casos de ex-militares que sofrem de graves perturbações mentais (ou sofriram, porque alguns já se suicidaram...), nunca reconhecidas ao serviço das Forças Armadas. Dizendo, emocionado, que tratando com tanto género de deficiência, considerava a mental como a mais difícil, já que às outras não faltava a cabeça e a capacidade de pensar e resolver, recolheu também emocionados aplausos ao «gritar» pela necessidade urgente de ajudas concretas, e oficiais, a tais doentes, já que, em grande parte dos casos, a sociedade, e a própria família, os abandona.

Entretanto, em paralelo com as sessões normais, decorriam duas exposições, uma de trabalhos artísticos produzidos por crianças deficientes e outra sobre novas tecnologias, estando nesta presente o Centro de Reabilitação da ADFA/Porto, com a apresentação de muito do material ortopédico executado nas suas oficinas, o qual foi devidamente apreciado pelos inúmeros visitantes.

Não tendo sido possível ao Secretário de Estado francês estar presente até ao fim do Congresso, não quiz Michel Gillibert, no entanto, deixar de dirigir uma mensagem aos participantes, de que destacamos alguns passos mais significativos, algumas frases-chave:

— «Os deficientes constituem o exemplo mais completo, mais gritante, mais insuportável de marginalização.

— De que serve uma

política de acessibilidade de habitação, se os deficientes não tiverem um acesso fácil aos transportes públicos, por exemplo?

— Uma política de emprego sem meios de transporte, sem condições e, por vezes, sem enquadramento, não pode ir muito longe.

— Sem uma concepção global da política a prosseguir, os deficientes correm o risco de caminhar, ainda durante muito tempo, num deserto.

— A Europa deve ser, num primeiro momento, uma encruzilhada de trocas, um lugar de confrontação de experiências.

— Tenho, desde há vários meses e num quadro bilateral, começado a encontrar-me com diversos ministros europeus encarregados das pessoas com deficiências.

— O transporte tem sido uma das nossas prioridades: é o sector que

mação, transporte, trabalho, lazer, etc...), deve-se substituir a um tratamento hermético dos problemas. Nomeadamente, deve ser tomada em consideração a necessidade de acções complementares. Ao mesmo tempo, deverão ser procurados meios que permitam ao deficiente evoluir no sentido de maior autonomia, para não ficar preso de sistemas fixos e impenetráveis uns aos outros.

— De forma figurada, o deficiente deve passar a ser como que um actor de corpo inteiro que, quer pela sua capacidade quer, também, pela sua diferença, pode desempenhar um papel positivo e, porque não, fundamental em muitos domínios.

Sessão de Encerramento

Na Sessão de Encerramento do Congresso, após o dr. Fouto Pólvora, Presidente do Congresso



condiciona, muitas vezes, o êxito das acções em todos os outros sectores.

— A acessibilidade condiciona o pleno exercício das liberdades individuais.

— É preciso, em primeiro lugar, respeitar a livre escolha da pessoa deficiente que não dispõe, na maior parte, e no melhor, dos casos, senão de uma gama muito reduzida de soluções: que espaço de liberdade deixamos nós ao deficiente?

A readaptação, quer dizer, a preparação e a consequente reinserção do deficiente na sua família, no seu meio normal de vida, deve constituir uma etapa inseparável da reeducação.

— Devemos utilizar o espaço social europeu para construir uma Europa mais justa, mais humana, de que façam parte os deficientes.

Todas estas acções, todos estes projectos, inscrevem-se numa mesma estratégia de desmarginalização da pessoa deficiente. Uma política global da deficiência, agrupando todos os aspectos da vida do deficiente (pesquisa, prevenção, tratamento, educação, for-

e Secretário Nacional de Reabilitação, ter tecido algumas considerações sobre as diferentes perspectivas enunciadas no decorrer dos trabalhos, e sua repercussão futura, o Ministro do Emprego e da Segurança Social, que presidiu, fez um importante discurso, tendo começado por afirmar:

«De tudo quanto aqui se passou é fácil constatar que a reabilitação está em movimento.

No entanto se muito tem sido feito em prol das pessoas com deficiência, há ainda muito por fazer.

E o muito que há a fazer tem de ser feito simultaneamente e a vários níveis: no domínio da prevenção, no domínio da reabilitação e do apoio social.

Mas tão importante como o que há para fazer, não podemos descurar o como fazer.»

Fazendo, depois, uma análise conjunta das opções do Governo e do trabalho, e papel, das associações de e para deficientes, perante uma sociedade em grande mutação, enunciou as grandes medidas tomadas, nomeadamente o apoio ocupacional a deficientes

graves, o subsídio por assistência de terceira pessoa e o pedido de autorização legislativa para rever as normas que regulam a aquisição, e utilização, de veículos para deficientes motores, assim como referiu iniciativas a tomar no futuro, quer no campo fiscal, quer nas áreas da formação profissional e do emprego, finalizando:

«O ano de 1989 marcou a política de reabilitação em Portugal, desde logo porque foi no seu início que se aprovou a Lei de Bases de Prevenção e Reabilitação das pessoas com deficiência.

Durante o ano fomos todos capazes de saber ultrapassar as dificuldades que sempre se levantam para a concretização das medidas referidas.

Termino como comecei: temos ainda um largo e difícil caminho pela frente.

Pelo nosso lado temos a enorme esperança na dignificação e, temos também a eficácia na acção.

São trunfos muito fortes.»

Análise do Congresso

Tendo estado a ADFA representada por um número tão elevado e qualificado de elementos, achou-se por bem ouvi-los, no sentido de se conseguir uma melhor apreciação dos trabalhos apresentados. No entanto, dado se encontrarem dispersos esses mesmos elementos e de ir já longa esta «crónica», tal análise será publicada apenas em Dezembro.

Conselho Nacional de Reabilitação

Aproveitando a presença em Portugal de algumas das personalidades que vieram ao Congresso, reuniu em sessão extraordinária, no dia 27, o Conselho Nacional de Reabilitação.

Perante os ministros da Suécia e de Portugal, dos secretários de Estado da França e da Guiné-Bissau e do chefe de Divisão da CEE, a dr.ª Pilar Mourão Ferreira, do SNR, agradeceu aquela visita, tendo apresentado, em traços largos, os objectivos do SNR e a sua organização, após o que, em nome do Conselho, falou o presidente da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, dr. Francisco Alves, saudando também aquelas personalidades e traçando, de forma necessariamente reduzida, dado que a reunião se estava a fazer em tempo «roubado» ao Congresso, as linhas mestras de actuação do CNR, seu trabalho conseguido e seus projectos.

NOVA SEDE — «Campanha de Fundos» recebe forte impulso

Contrariamente ao que gostaríamos, não são muitas as notícias sobre a nova Sede. Apressadas, por motivo da chegada das chuvas, e terminadas as obras de terraplenagem, continuam os contactos com as entidades governamentais, com destaque para a Secretaria de Estado da Defesa Nacional e o Ministério do Emprego e da Segurança Social, no sentido de serem dadas garantias concretas de atribuição das verbas necessárias à 1.ª fase da construção, o que, talvez dada a época administrativa-financeira do ano, não foi ainda conseguido, mas sem o que é muito bem, a direcção central não quer avançar com a assinatura de contrato, obrigando ao compromisso de uma calendarização de pagamentos que não tem a certeza de poder satisfazer.

Daí, o pedido de prorrogação, por mais 60 dias, do prazo estipulado no concurso de obras, às firmas concorrentes, sem aumento de custos, o que foi aceite, em paralelo com a intensificação, junto de algumas entidades oficiais, das diligências para um rápido desbloqueamento do problema, e das verbas.

Entretanto, conforme se refere noutra local, pretende-se a assinatura do protocolo da cedência do terreno, ainda na vigência da actual edilidade lisboeta, num acto mínimo de agradecimento pelo interesse pessoal posto no assunto pelo eng.º Krus Abecassis.

Quanto à campanha de angariação de fundos, a nível interno, e dado que as delegações «já mexem», ela sofreu, neste período, um forte impulso.

Eis a relação deste mês:

Transporté (15 Out. 89)532 200\$00

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
209	Orlando A. Correia	10 000\$00
4091	João B. Gomes	15 000\$00
11 787	Vitor M. L. Pereira	10 000\$00
10 028	Ramiro R. Chibante	10 000\$00
955	António Martins	10 000\$00
210	Fernando J. Sousa	10 000\$00
530	José M. F. Bicho	10 000\$00
6641	Saul A. N. Mendes	10 000\$00
5134	Jorge E. N. Pina	10 000\$00
6610	José S. Pires	20 000\$00
1774	José A. M. Costa	10 000\$00
11 196	Manuel J. N. Barreiros	2 000\$00
5367	Baltazar F. Silva	5 000\$00
5207	Ernesto E. Almeida	5 000\$00
7598	António M. Silva	5 000\$00
1757	José M. L. Neto	1 000\$00
5167	José V. Rodrigues	1 000\$00
11 793	José M. Oliveira	3 000\$00
11 870	Florêncio J. A. Peniche	5 000\$00
386	Ascensão J. Correia	3 000\$00
3284	António C. Santos	1 000\$00
391	Mário S. Sobral	5 000\$00
11 346	António M. A. Cunha	5 000\$00
403	José A. M. Ferreira (CCa;1698A-67/89)	5 000\$00
8089	José F. H. Correia	2 000\$00
549	António J. Charavilha	5 000\$00
519	Cândido M. P. Mendes (+)	3 000\$00
1247	João A. S. Damas	5 000\$00
10 097	Agostinho C. Morais	1 000\$00
5121	Vitor M. S. Tainha	5 000\$00
55	António R. Monteiro	2 000\$00

(Bragança)

2626	Ramiro A. M. Martins	2 000\$00
2772	Guilherme A. M. Martins	1 000\$00
2913	Viriato S. Eiras	1 000\$00
5455	Francisco A. Fernandes	1 000\$00
360	Marcelino M. Bento	1 000\$00
2914	Álvaro M. Lourenço	1 000\$00
2785	Carlos A. Santos	1 000\$00
2778	Domingos A. Seca	5 000\$00
2794	Augusto A. Fernandes	1 000\$00
2767	Urbano M. Pires	1 000\$00

(Castelo Branco)

1806	José E. G. Nunes	10 000\$00
7478	Manuel T. Saraiva	2 000\$00
1972	Vicente C. Gameiro	2 000\$00
8382	Gregório G. Eduardo	2 000\$00
9251	António A. C. Tavares	2 000\$00
2019	João J. M. Santos	5 000\$00
5590	João R. Março	3 000\$00
1073	António A. Pires	5 000\$00

(Évora)

9019	Francisco M. Azedo (+)	9 000\$00
------	------------------------------------	-----------

(Faro)

2559	João M. Gamboa	5 000\$00
3742	José J. Canhoto	1 000\$00
11 388	João M. R. Direitinho	1 000\$00
9570	Manuel Afonso	2 000\$00
9186	Vitor S. Teixeira	1 000\$00
10 212	Inácio P. Sousa	10 000\$00
1949	Valdemar S. G. Saúde	5 000\$00

(Funchal)

4494	João D. Gouveia	1 000\$00
5649	João P. Vieira	1 000\$00
674	Nelson F. Figueira	5 000\$00
10 481	Matilde Caldeira	1 000\$00
5651	Francisco A. Gonçalves	10 000\$00
6897	Carlos S. S. Abreu	2 000\$00
5653	Justino Rodrigues	1 000\$00
8918	José A. C. Correia	1 000\$00
5902	Manuel T. Garapa	10 000\$00
5363	Manuel V. Canha	1 000\$00
5670	António L. R. Vera Cruz	10 000\$00
4502	Manuel F. Gouveia	5 000\$00
10 485	Arnaldo R. Freitas	1 000\$00
11 112	Jaime M. M. Vieira	2 000\$00
5993	Manuel Ferreira	2 000\$00
5687	Manuel Rodrigues	5 000\$00
11 872	João C. C. Baptista	1 000\$00
11 888	Hugo R. C. Fernandes	1 000\$00
5683	João J. Vieira	10 000\$00
1277	José S. Fernandes	12 000\$00



(Porto)

6232	Duarte G. Santos	5 000\$00
1109	Manuel R. Viana	2 000\$00
3404	António A. J. R. Azevedo	10 000\$00
7437	Leonel J. M. R. Pereira	10 000\$00
1625	José L. R. Noronha	10 000\$00

(Setúbal)

4851	António D. G. Martins	5 000\$00
1578	Luís F. M. Neves	5 000\$00
4500	Manuel J. G. Caeiro	1 000\$00

2077	António M. Pereira	1 000\$00
973	Manuel M. P. Gonçalves	1 000\$00
2078	Domingos C. Pires	1 000\$00
9717	Armando T. R. Pereira	1 000\$00
9397	Marcolino Nunes	1 000\$00
2366	Joaquim A. Raposo	1 000\$00
4636	Aristides F. Santinhos	1 000\$00
3371	José S. P. Faria	1 000\$00
8036	Acácio J. Tamancas	10 000\$00

(Vila Nova de Famalicão)

6143	Albino M. Salgado	5 000\$00
2320	Manuel F. Costa	1 500\$00

N/SÓCIOS

NOME	QUANTIA
Renato Jourdan (Art.2453/Moç-68/71)	1 000\$00
Gabriel Simplício	500\$00
Pedro Teixeira	1 000\$00
J. C. Gomes Trindade, C/Alm.	5 000\$00
Helena E. C. C.	200\$00

A transportar (15 NOV/89) 986 400\$00

DESPORTO

Um certo recrudescimento de actividade parece estar a animar este fim do ano de 1989, muito embora o azar também possa perseguir os nossos atletas (ou serão só os das seleções e dos grandes clubes?!), como é o caso actual de várias convalescenças que impossibilitam a presença da equipa da ADFA no torneio de basquetebol «Quadrangular Dia do Deficiente», a decorrer, desde o dia 25 deste mês, no pavilhão da Serra das Minas, numa organização da APD/Sintra, a convite da Câmara Municipal local.

Mas, entretanto, uma nossa representação esteve presente, como noticiado em ELO/OUT, nos II Jogos Desportivos de Sintra, também em patrocínio da respectiva Câmara, participando num outro quadrangular de basquetebol, tendo conseguido um bom 2.º lugar, a seguir ao Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão.

Por outro lado, os nossos associados Carlos

Noivo e José Pavoeiro disputaram um torneio de ténis de mesa para deficientes motores, na categoria «em pé», tendo conseguido obter, respectivamente, um 1.º e um 3.º lugares, obtendo para a ADFA o 2.º lugar por equipas.

Finalmente, a Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana (Cascais) vai realizar, integrada nas comemorações do «Dia do Deficiente», e com o objectivo de «sensibilizar a população para a integração do deficiente», uma jornada mista, desportiva (dia 9 de Dezembro) e cultural (dia 10), que engloba também uma exposição/venda de trabalhos executados por deficientes.

No campo desportivo, a ADFA estará representada pelos atletas Carlos Noivo e António Vilariño, no torneio de ténis de mesa, que terá lugar nas instalações do Clube Desportivo e Recreativo «Os Vinhais», dia 9 pelas 10 horas.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

VISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUARTAS:	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUINTAS:	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL	Médico: sócio	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
	dr. Fernando Brito	
PSIQUIATRIA	Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA	dr.ª Paula Frazão	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL	Dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

As consultas de sábado efectuem-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

As consultas efectuem-se todas no consultório médico da sede. As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.

As sessões de Orientação Escolar e Profissional destinam-se a filhos de sócios e estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita para Anabela, no departamento de Formação Profissional, também pelos telefones acima indicados.

Entre sócios e amigos se comemorou o 15.º aniversário do ELO

Convite

O «ELO», órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, completará no dia 23 do mês corrente, 15 anos de regular publicação dedicada, muito em especial, à temática e problemática dos deficientes militares.

Decidiu assim, e por tal facto, a Direcção do nosso Jornal, com o apoio da Di-

ças Armadas e Militarizadas, também se compreende, facilmente, o motivo do convite feito, para além do mais, num momento em que a ADFA, numa dinâmica emanada das «Conclusões» do III Congresso, enfrenta grandes desafios, quer a nível nacional quer internacional.

E foi assim que, com grande prazer, vimos chegar os

que assistimos, assim como referiu a sua qualidade de «guardiã» de um passado que cada geração deseja transmitir, a fim de melhor compreender, e viver, o futuro.

E é esse passado que, como realidade irrecusável, não pode ser esquecido, antes deve ser assumido. A propósito, não quis deixar de realçar o acto de há dias do Presidente da República Portuguesa, de depositar uma coroa de flores aos soldados mortos na guerra colonial, na Guiné, homenagem impensável ainda há bem pouco tempo, e que os deficientes militares, que também deram o seu sangue, também assumem, em paralelo com a actual procura de cooperação e amizade com os PALOP's.

Sobre a ADFA, José Arruda daria um panorama bastante completo, embora sucinto, sobre as suas actividades, os seus projectos e os seus objectivos, quer a nível nacional quer internacional, focando, no campo interno, o apoio dado aos sócios em várias áreas, extravasando, também, a sua acção para o exterior, como membro que



recção Central desta instituição, dentro do espírito são e dinâmico que também viveu e dimanou do V Colóquio da Imprensa Militar, realizada no passado ano de 1988, promover uma reunião informal com algumas Revistas Militares, no sentido de melhor dar a conhecer quais são os anseios e objectivos da A.D.F.A. e para o que esperamos uma profícua troca de opiniões e experiências, dentro da área de informação que nos é específica.

Seria com profundo apreço que veríamos, neste encontro, com início às 10 horas do dia 23 do corrente, a comparação de V. Ex.ª em representação da publicação que mui bem dirige, permitindo-nos de igual modo endereçar o convite para o Porto de Honra que será servido no final da reunião.

O Director do «ELO»

Nestes termos se pretendeu, a pretexto do 15.º aniversário do «ELO», reforçar uma cooperação e um entendimento que julgamos de interesse mútuo, já que os nossos problemas e muito especialmente, a nossa experiência, deverão fazer parte do conhecimento comum e das preocupações da «família militar», a quem, por razões bem dolorosas e, infelizmente, nem sempre de corpo inteiro, o destino de grande parte de nós para sempre ligou. Interesse mútuo, também, porque recusada, por qualquer das partes, a bastardia ou o enfeitamento, a defesa dos nossos direitos pela entidade militar, é espelho da sua própria dignidade.

Assim entendida uma tarefa que alia o «ELO», porta-voz dos anseios e das reivindicações dos deficientes militares, às revistas dos Ramos, das Armas e dos Corpos, órgãos de comunicação e informação sobre o carácter e a consciência das For-

nosso Amigos e convidados, alguns já conhecidos do V Colóquio da Imprensa Militar e de algumas outras reuniões: pela «Revista Militar», general Bettencourt Rodrigues, seu Director, pelo «Baluarte» (EMGFA), capitão Correia, pela «Revista da Armada», capitão de Mar e Guerra, Sousa Mendes, pelo «Jornal do Exército», major Dinis, pelo «Mais Alto», capitão Antero Martins, pelo «Bóina Verde», major Francisco Santos, pelo «O Combatente», ten: coronel Silva Rosa, pela «Polícia Portuguesa», major Levi, pela «Guarda Fiscal», capitão Eiras e pela revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, dr. Félix António.

Recebidos pelo Presidente da Direcção Central, José Arruda e pelo Director do «ELO», Patuleia Mendes, os nossos convidados foram sendo encaminhados para a sala da Direcção, onde já se encontravam outros elementos dos Órgãos Sociais e onde lhes foi oferecido um café, enquanto se trocavam as primeiras impressões, antes de se iniciar a reunião, propriamente dita.

Pelas 10 e 30, e após tomado assento à mesa, o nosso Director fez uma breve apresentação dos elementos presentes da ADFA (para além do Presidente da DC, o 2.º Secretário, Artur Vilares e os responsáveis pelo GOS, pelo DEFOP e pelo DA-JAS, respectivamente associados Lopes Dias; Sarmiento Coelho e Francisco B. Marcelino) e explicou a razão do convite feito, passando depois a palavra ao Presidente da Direcção Central.

Começando por afirmar que «perto do ano 2000, se não houver informação não haverá desenvolvimento», José Arruda salientaria a importância da Comunicação Social, na actual realidade mundial, e nas mudanças a

do Conselho Nacional de Reabilitação.

Sobre a nova Sede, «Casa de Paz», daria breves esclarecimentos sobre o projecto e sobre a sua função, na pretensão de ser uma obra digna e pronta para receber não apenas os seus sócios, mas também todas as pessoas que lá queiram ir, incluindo aqueles que conosco se encontraram, embora em trincheiras diferentes, e que agora estão do mesmo lado, na construção de um Mundo melhor. E a este propósito seria, então, referida a realização, em Maio próximo, do «I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique».

A nível internacional foi mencionada a participação da ADFA na FMAC, e o papel mundialmente reconhecido desta instituição, a qual vai ter, muito brevemente, em Malta, uma reunião de extrema importância, sobre a «Paz e Segurança no Mediterrâneo», a que a Associação estará presente.



Referindo depois as relações com as entidades militares, José Arruda diria que elas se têm pautado por bastante realismo e compreensão, garantindo apoio considerável. De qualquer maneira, reforçaria a ideia de que quanto ao futuro da ADFA, e dos deficientes militares, «não queremos que seja o Estado a fazer tudo, antes queremos construir lado a lado».

Finalmente, o Presidente da DC agradeceu a presença de todos, renovando a necessidade de um maior estreitamento entre o «ELO» e as revistas militares, no sentido de uma melhor cooperação, aproveitando as áreas de informação e formação próprias de cada uma.

Em resposta, e em nome das revistas presentes, como Director da mais antiga, o general Bettencourt Rodrigues, agradecendo as pala-

tendo sempre em vista a sua utilização pelos deficientes militares.

Salientado então, pela DC, que a escolha do local da futura Sede teria obedecido precisamente à vizinhança com o Lar Militar e à possibilidade de usufruir das estruturas nele existentes, foi também levantada a questão da necessidade, talvez num futuro bem próximo, dado o agravamento de certas situações, da edificação de uma «residência» de concepção arquitectónica própria, onde possam ficar, por alguns dias, os deficientes militares e os seus acompanhantes, quando tenham que se deslocar, em consulta e/ou tratamento, a Lisboa.

Afirmaria ainda, o general Bettencourt Rodrigues com, poderemos dizer, firmeza sentida, que os deficientes militares não têm que pedir, porque muito se lhes deve. Que não são «indigentes» e que se a ADFA não tiver meios para os defender e proteger, cabe às Forças Armadas fazê-lo.

Terminada a reunião, seguiram os presentes para a Sala da Biblioteca onde foi servido um aperitivo, pretexto para, de modo mais informal, se prosseguirem as conversas, permitindo um conhecimento mútuo mais amplo e promissor.

Na parte da tarde, estava previsto um colóquio interno subordinado ao tema «O Deficiente Militar e a Comunicação Social», o qual, porém, não se realizou. No entanto, dada a presença de vários associados e de alguns elementos da Direcção Central e do «ELO», procurou-se reuni-los à volta de uma mesa, para um pequeno debate, o qual foi mesmo muito pequeno, pelo número de



pessoas que acabou por aderir. De qualquer maneira houve troca de ideias, tendo os associados Mário Villa Lobos e Armindo Roque tido intervenções bastante pertinentes, nomeadamente quanto à importância da Comunicação Social, «Quinto

Poder», e à necessidade de capaz adaptação do nosso jornal a essa realidade.

Finalmente, e para terminar o dia, realizou-se um jantar de confraternização, a que compareceram sócios e familiares, e durante o qual foi lido um telegrama enviado pelos associados Fortuna e Noronha, do Porto, e que se transcreve:

«Parabéns passagem 15.º aniversário. Saudamos quantos colaboram jornal «ELO» manifestando desejo continue missão ligação sócios ADFA.»

Mas, um outro contributo, este bem especial, nos chegou para o aniversário do «ELO». Da Alemanha, em cassette áudio, uma entrevista com o casal Pereira (Maria Domingas e José Ernesto Gonçalves Pereira), em que são lembrados tantos anos, e tantos factos, de convivência com os nossos sócios que ao Hospital Militar de Hamburgo se deslocam.

Dada a extensão do documento, e a necessidade de o adaptar à linguagem escrita, neste «ELO» apenas um leve «cheirinho» da conversa, em que também entram alguns DFA's de momento na RFA, António Neves, António Alves e Armando Alves:

«Entrevistador: Este pequeno apontamento pretende ser um contributo dos que aqui se encontram internados no Hospital Militar de Hamburgo, para a edição do «ELO», quando se comemora o seu 15.º aniversário. Es-

tamos em casa da família Pereira para mais uma tarde de amena conversa e convívio, semelhante a muitas outras já aqui passadas, quer por nós quer por todos aqueles que desde há largos anos regularmente vêm a Hamburgo, ao Hospital Militar.»